

Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lira pauta reforma do imposto de renda e dividendos 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União consegue na Justiça suspender créditos obtidos com exclusão do ICMS 5

O GLOBO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto ignora reserva de verbas para negros e mulheres 7

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Empresas e governos nos EUA começam a forçar a vacinação 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Planalto pega receita para evitar processos de impeachment - BRASÍLIA - DF 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo apresenta proposta que cria fundo para pagar "dividendo social" 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro critica taxação de grandes fortunas e afirma que agora é crime ser rico no Brasil
..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estrangeiros retiram R\$ 7 bi da B3 em julho 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hora de uma reforma tributária ampla (2) 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relator envia mudanças a governos locais 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Parecer mantém isenção de IR para quem ganha até R\$ 2,5 mil 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Novo Bolsa Família na pauta 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras diz não ter definição sobre vale-gás de Bolsonaro 25

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados e municípios tiveram redução média de 9% nos gastos com educação 26

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras deve registrar 2 ° tri mais forte	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Precatórios para o novo Bolsa Família	30
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A importância da mineração na economia brasileira (2)	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
BC vai acelerar ritmo de elevação dos juros, afirmam analistas	33
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA	
O assombroso caso do fundo eleitoral (2)	36
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Falta um pacote de governo (3)	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Governo quer priorizar precatório de até R\$ 66 mil e parcelar restante em 10 anos	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pagamentos podem vir de novo fundo fora do teto de gastos	41
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Conveniência política não deveria ditar regra para Estado pagar dívidas (3)	42
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Pedaladas populistas - MÍRIAM LEITÃO	43
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Projeto de lei "futuro" vai converter dívida em âncora fiscal, indica Tesouro	44
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Melhor seria emitir moeda, propõe Velloso	46
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Vinculação deixará Congresso em sinuca de bico	47
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Nova variante ameaça ritmo da recuperação econômica (3)	48

Lira pauta reforma do imposto de renda e dividendos



Lira: presidente da Câmara pautou para plenário um requerimento de urgência ao projeto para garantir votação

Raphael Di Cunto e Fabio Graner

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar esta semana a reforma do imposto de renda e taxaço de dividendos e pautou para plenário um requerimento de urgência ao projeto, mas o texto ainda enfrenta resistência de governadores e prefeitos pelo potencial de diminuir a arrecadação nos próximos anos.

Um novo parecer seria divulgado ontem pelo relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), mas isso não tinha ocorrido até o fechamento desta edição. O tucano deve se reunir com os líderes dos partidos governistas em almoço hoje para detalhar e discutir as mudanças e tentar apoio para votar o projeto ainda nesta semana. O texto precisa apenas de maioria simples - o voto favorável de metade dos deputados presentes - para ser aprovado.

O requerimento de urgência, se aprovado por pelo menos 257 dos 513 deputados, permite votar o projeto direto no plenário, sem precisar passar pelo debate nas comissões da Câmara. O texto foi apresentado pelo governo no fim de junho e já passou por bruscas modificações - como um corte no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica de 25% para 12,5% em dois anos, o que levou à preocupação de governadores e prefeitos, que recebem parte da arrecadação com o tributo.

O parecer prevê rombo de R\$ 30 bilhões por ano, mas

o relator defende que isso será compensado pelo aumento da atividade econômica e, para acalmar Estados e municípios, propôs um "gatilho" que reduziria o corte do IRPJ se a receita não subisse. A queda seria de 7,5 pontos percentuais em 1-de janeiro - dinheiro compensado pela taxaço de dividendos em 20%.

Caso a receita com o imposto de renda em outubro de 2021 for equivalente a de 2019, corrigida pela **inflação**, o IRPJ cairia mais 2,5 pontos percentuais em 1- de janeiro, para 15%. Se a arrecadação se mantiver em outubro de 2022 no mesmo patamar de 2019, ajustada pela **inflação**, novo corte ocorreria, para 12,5%.

O indicador utilizado pelo relator para medir a **inflação** é o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumulou alta de 8,35% nos 12 meses anteriores à junho, mas os prefeitos defendem o uso do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que subiu 34,5%. "O IPCA não reflete a realidade do **PIB** nem do crescimento do país", disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Ele também diz que o texto não está claro sobre qual base a arrecadação do imposto de renda seria calculada, se o bruto ou o líquido (após as devoluções aos contribuintes), e nem se, de fato, a arrecadação está garantida. "O que o presidente da Câmara garantiu é que não vai haver perda. O problema é que todas as simulações que fazemos apontam que sim", afirmou.

O relator ainda não tinha divulgado um novo parecer ontem, mas um texto preliminar com mudanças enviado por ele a várias entidades confirmava mudanças como a isenção de dividendos distribuídos a controladoras e pelas empresas do regime do Simples. Ele chegou a dizer que estudava aumentar a faixa de isenção para todas as micro e pequenas empresas, inclusive as de fora do Simples, mas isso não constava do documento enviado as entidades ontem.

Entre as mudanças estavam regras sobre quais empresas terão isenção ao receberem dividendos de outras empresas. Além das controladoras ou que estejam sob controle societário comum, que já estava isentas nos pareceres anteriores, ele acrescentou as pessoas jurídicas titulares de 20% ou mais do capital

votante de empresas coligadas ou controladas e as entidades de **previdência complementar**.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186969?page=1§ion=1

União consegue na Justiça suspender créditos obtidos com exclusão do ICMS



Diego Miguita: tema tem potencial para se transformar em mais uma longa disputa entre a União e os contribuintes

Joice Bacelo Do Rio

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) está atuando para reabrir processos sobre a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. As investidas ocorrem contra empresas que ajuizaram ação depois de março de 2017 e obtiveram a decisão definitiva antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) concluir o julgamento da tese, no mês de maio. Há pelo menos duas liminares favoráveis.

Essas companhias obtiveram, com os processos, o direito de receber de volta os valores que pagaram a mais ao governo e vêm utilizando tais créditos para quitar **tributos** correntes. Mas, mesmo com uma decisão favorável em mãos, dizem os advogados, com o contra-ataque do Fisco correm o risco de sofrer um revés e ter que devolver quantias já utilizadas.

As liminares foram dadas em ações rescisórias. Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais (TRF) da 4a Região, no Sul do país, e da 5a Região, que abrange Estados do Nordeste, suspenderam os efeitos de decisões finais (transitadas em julgado) que favoreciam os contribuintes.

Existe um outro caso semelhante também julgado pelo TRF da 5a Região. Os procuradores fizeram o mesmo pedido, mas em execução de sentença - uma outra via processual. Isso porque, nesse caso especificamente, a empresa tem interesse em receber os valores devidos pela União por meio de precatório. O pedido da Fazenda foi negado.

Esse risco foi levantado por advogados tributaristas quando o STF concluiu o julgamento da chamada "tese do século" (RE 574.706). É que os ministros, nessa ocasião, limitaram os efeitos da decisão que determinou a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, tomada antes, em 15 de março de 2017.

Os ministros aplicaram ao caso a chamada modulação de efeitos. Eles fizeram um recorte no tempo, usando como data-base o julgamento de mérito. De 15 de março de 2017 para frente, nenhum contribuinte precisava mais recolher PIS e Cofins com o imposto estadual embutido na conta.

Mas foram criadas situações diferentes em relação à recuperação dos valores que foram pagos a mais no passado, antes da data-base. Aqueles contribuintes que tinham ações em curso até o dia 15 de março de 2017 têm o direito à restituição integral - os cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

A regra muda, no entanto, para quem ajuizou ação depois de 15 de março de 2017. Para essas empresas, a recuperação do passado ficou limitada. Vale a data-base. Uma empresa que entrou com o processo em 2018, por exemplo, poderá recuperar o que pagou de forma indevida desde 2017 somente. Sem a modulação de efeitos, ela teria até 2013.

Porém, como o STF demorou para julgar esse caso - foram quatro anos entre a decisão de mérito e a conclusão, por meio de embargos - muitas empresas que entraram com a ação depois de março de 2017 já haviam obtido decisões finais (transitadas em julgado).

Essas decisões individuais, por serem anteriores, não trazem uma limitação de tempo. É por esse motivo que as empresas contabilizaram os valores pagos a mais no passado - anteriores a 2017 - e vêm utilizando esses créditos para pagar **tributos** correntes. Uma das companhias que é alvo da PGFN, por exemplo, já fez a habilitação de R\$ 30 milhões perante a **Receita Federal**.

A atuação dos procuradores é para travar o uso desses créditos ou, no caso dos precatórios, garantir que sejam expedidos valores menores. Argumentam aos juízes que as decisões violam a modulação estabelecida, posteriormente, pelo STF e pedem para

que sejam feitas adequações.

Esses pedidos têm base no artigo 966, parágrafo 5o, do Código de Processo Civil (CPC). Consta nesse dispositivo que "cabe ação rescisória contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento".

Os advogados das empresas discordam. Julio Janolio, do escritório Vinhas e Redenschi, afirma que o artigo 966 tem que ser interpretado em conjunto com o 535, que, no parágrafo 7o, afirma que as decisões do STF não se aplicam para sentenças que transitaram em julgado em momento anterior. "A modulação não alterou o mérito da tese e não houve, além disso, qualquer modificação de orientação jurisprudencial", diz.

Ainda é cedo para dizer qual entendimento vai prevalecer entre os juízes. Existem poucas decisões e foram proferidas de forma monocrática-todas no mês de julho.

A desembargadora Luciane Amaral Corrêa Münch, do TRF da 4a Região, afirma que "há plausibilidade na alegação" da Fazenda Nacional e concedeu liminar na sexta-feira passada (processo nº 5029969-88.2021.4.04.0000).

Poucos dias antes, o desembargador Elio Wanderley de Siqueira Filho, do TRF da 5a Região, já havia feito o mesmo (processo nº 0808389-27.2021.4.05.0000). Ele destaca, na decisão, que há prazo de dois anos, contados a partir do julgamento do STF, para que as ações rescisórias sejam ajuizadas.

Já o desembargador Leonardo Carvalho, que também atua no TRF da 5a Região, deu razão ao contribuinte. A argumentação da empresa tem como base o artigo 535, parágrafo 7o, do CPC. "O próprio STF pacificou a controvérsia no julgamento do tema 360 (RE 611503)", diz (processo nº 080 7622-86.2021.4.05.0000).

Especialista na área, Diego Miguita, do escritório VBSO Advogados, afirma que esse tema tem potencial para se transformar em mais uma longa disputa entre a União e os contribuintes. "Pode acabar, mais uma vez, no Supremo", diz.

O advogado critica o cabimento das ações rescisórias. Ele afirma que o próprio instrumento da modulação de efeitos tem como objetivo garantir a segurança jurídica, em que se inclui "a proteção da coisa julgada". "É preciso diferenciar a situação do contribuinte que tem uma ação perfeita e acabada, daquele que está

com o pedido em curso." A PGFN, afirma, em nota, que avalia cada caso concreto, "com base em critérios estratégicos de priorização institucionalmente definidos", para decidir se cabe ou não ação rescisória e que os ajuizamentos já realizados são pontuais. "Não chegam a uma dezena", diz.

Sobre a decisão do TRF da 5a Região que negou o pedido, informa tratar-se de um caso diferente dos demais. "Discute-se questão específica sobre peculiaridades do caso concreto, que, frise-se, encontra-se em momento processual distinto."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969

Projeto ignora reserva de verbas para negros e mulheres

BRUNO GÓES bruno.goes@og1obo.com.br BRASÍLIA
(Colaborou Marlen Couto)

Novo Código Eleitoral reduz prazo de análise das contas partidárias pelos TREs e TSE

Apresentado ontem à Câmara dos Deputados, o projeto do novo Código Eleitoral ignora a previsão de alocação de recursos pelos partidos para candidaturas de negros e mulheres. A reserva virou norma após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) editar regra sobre o assunto. Em outubro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a antecipação da medida: a Corte eleitoral previa a destinação a partir de 2022, mas a obrigação passou a vigorar no ano passado.

O STF estabeleceu a divisão de verbas de acordo com a proporção de candidatos brancos e negros. No caso das mulheres, já havia a previsão de destinação de, no mínimo, 30% dos gastos do fundo eleitoral.

A atitude do Supremo irritou os dirigentes de partidos, que se viram obrigados a remanejar verbas às vésperas do pleito de 2020. O texto foi apresentado pelos deputados Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR) e Soraya Santos (PL-RJ). Em plenário, a expectativa é que a deputada Margarete Coelho (PP-PI), que organizou os trabalhos, seja a relatora.

- Na decisão, foi reconhecido que a ausência de participação efetiva de candidaturas negras é racismo estrutural. A reforma nada tem de previsão contemplando a população negra - diz o advogado Irapuã Santana, que apresentou a consulta ao TSE que provocou a adoção das regras.

Em outra frente, a Câmara também discute uma reforma eleitoral, que prevê a adoção do distrito - deputados seriam eleitos por votação majoritária, não mais proporcional - já em 2022.

Esse outro projeto pode ser analisado esta semana em comissão especial. A intenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é aprovar ainda este mês, em plenário, as duas iniciativas.

O projeto que reformula o Código Eleitoral também enfraquece mecanismos de transparência dos gastos públicos, segundo entidades que atuam na área. Caso

seja aprovado, empresas privadas poderão fazer a auditoria das contas partidárias, o que pode abrir brechas o uso indevido do fundo partidário, orçado em quase R\$ 1 bilhão para este ano.

Com mais de 900 artigos, o texto trata de diversos assuntos, da organização das siglas até crimes eleitorais, como o caixa dois. Entidades alegam que o assunto vem sendo debatido a toque de caixa para que as novas regras sejam válidas nas eleições do ano que vem. Margarete Coelho, por sua vez, argumenta que o assunto foi amplamente discutido com a Justiça Eleitoral e que as mudanças pretendem reduzir gargalos.

Um dos pontos críticos da atual versão, identificado pela Transparência Partidária e pela campanha Freio na Reforma, é o que permite a aplicação do fundo partidário, criado para custear as siglas, "em outros gastos de interesse partidário, conforme deliberação da executiva" do partido.

Há duas semanas, Margarete disse ao GLOBO que o artigo foi introduzido porque "não seria possível detalhar todos os usos" do fundo partidário. A deputada negou que isso levasse à falta de controle e alegou que as empresas de auditoria responsáveis pela análise das contas dos partidos serão credenciadas pelo TSE, como ocorre hoje com institutos de pesquisa.

O novo código também reduz o prazo de análise das contas pela Justiça Eleitoral, de cinco para dois anos. Entidades que acompanham o assunto consideram retrocesso o trecho que, ao tipificar o crime de caixa dois eleitoral, permite acordo de não persecução penal. Segundo Margarete, ainda que as mudanças possam ter "efeito deletério" em alguns casos, este não é o "espírito geral do código".

Outro ponto criticado é a substituição do Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA), criado pela Justiça Eleitoral, pelo formato de declaração de gastos através de Escrituração Contábil Digital (ECD), da **Receita Federal**. A preocupação é que o extrato gerado pela Receita não traria informações suficientes para uma análise aprofundada das contas partidárias.

RESTRIÇÃO A PESQUISAS

O projeto também traz novas regras que restringem pesquisas eleitorais. Os levantamentos só poderão ser divulgados até a antevéspera do pleito. No caso de pesquisas de intenção devoto para presidente realizadas no dia das eleições, a divulgação só será permitida após o fim da votação em território nacional.

O novo código cria também um teto de R\$ 30 mil para as multas a partidos por desaprovação de suas contas. Na legislação atual, há a previsão de que a penalidade será de até 20% do valor apontado como irregular. O parâmetro pode chegar à casa dos milhões.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

ELEIÇÕES EM DEBATE Novo texto apresentado à Câmara altera regras eleitorais

S



Prestação de contas

Como é > Siglas têm de declarar gastos em sistema da Justiça Eleitoral, e análise pode levar até cinco anos.



Fundo partidário

Verba deve ser usada para custeio de atividades e propaganda partidárias, incluindo fundações das siglas.



Caixa dois

É enquadrado como "falsidade ideológica", com até cinco anos de reclusão.confesso com MP.



Pesquisa eleitoral

Institutos de pesquisa podem realizar levantamentos, desde que haja registro no TSE.



Multas

A desaprovação de contas partidárias pode resultar em multa de até 20% do valor apontado como irregular. Valor pode chegar à casa dos milhões.

Como fica > Sistema passa a ser o da Receita Federal. Empresas poderão fazer auditoria e submeter ao juiz, com dois anos para análise.

Novo artigo diz que verba pode ir para "outros assuntos de interesse partidário", sem especificá-los.

Ganha tipificação própria, mas permitindo acordo de réu confesso com MP.

Há proibição a partir da antevéspera do pleito. Divulgação só será permitida após o fim da votação

Há um teto de R\$ 30 mil para desaprovação de contas

Fonte: Câmara dos Deputados

Editoria de Arte

Empresas e governos nos EUA começam a forçar a vacinação

Alexandra Olson

Empresas e governos locais nos EUA estão perdendo a paciência com os funcionários não vacinados. Após meses de campanha, bonificações e outros incentivos para encorajar os relutantes a tomarem a vacina contra a covid-19, agora, um número crescente de empresas e governos locais estão impondo a obrigatoriedade da vacina aos seus funcionários, com risco de demissão aos que se recusarem.

Além disso, com os novos casos de covid-19 subindo acima de 100 mil pela primeira vez desde início de fevereiro nos EUA, impulsionados pela variante delta, mais infecciosa, um número crescente de empresas e governos locais estão retomando o uso obrigatório de máscaras. Os governos de San Francisco e Louisiana reintroduziram as máscaras em espaços públicos fechados. As varejistas Target e Home Depot anunciaram que exigirão que seus funcionários usem máscaras e recomendarão o mesmo a seus clientes.

Entre os que estão impondo a vacinação aos funcionários estão o governo federal, os Estados da Califórnia e de Nova York, as gigantes tecnológicas Google e Facebook, a Walt Disney e a National Football League (NFL, liga de futebol americano). Hospitais, universidades, restaurantes, bares e outros locais de entretenimento também começaram a exigir a vacina.

Ontem, o governo de Nova Jersey ordenou que os funcionários públicos de hospitais, asilos e presídios estejam plenamente vacinados até 7 de setembro ou terão de se submeter a testes regulares. No Estado de Nova York, a Autoridade de Transportes Metropolitano emitiu a mesma ordem aos seus funcionários. O mesmo vale para os 10 mil funcionários públicos da cidade de Denver, no Colorado.

Mas as novas medidas não deverão afetar muitos dos milhões de americanos que ainda não se vacinaram. Muitas das empresas que estão exigindo a vacina possuem trabalhadores de escritório que em grande parte já foram vacinados e relutam em trabalhar com aqueles que não foram.

Por outro lado, grandes empresas que dependem de trabalhadores de chão de fábrica e baixa renda - do setor de alimentos ou de empórios, supermercados e

outras redes de lojas - evitam tornar a vacina compulsória por **temer** perder funcionários e agravar o problema de falta de mão-de-obra.

A Tyson Foods, por exemplo, disse que metade de sua força de trabalho nos EUA - 56 mil pessoas - foi vacinada depois de realizar mais de 100 eventos de vacinação desde fevereiro. Mas a companhia disse que não pretende obrigar a outra metade a se vacinar.

Walmart e Amazon, os dois maiores empregadores do setor privado nos EUA, também optaram por não exigir a vacina para seus funcionários. As duas empresas continuam apelando para estratégias como bonificações e acesso in loco à vacina. Mas o Walmart disse que todos os funcionários de sua sede terão de ser vacinados até 4 de outubro.

O maior precedente até agora veio do governo federal, o maior empregador do país. O presidente Joe Biden anunciou na semana passada que todos os servidores federais e empreiteiros terão de ser vacinados ou serão obrigados a realizar testes semanais de covid-19, sob a pena da perda de privilégios como viagens oficiais.

O governo federal disse que cobrirá os custos dos testes semanais. Quanto aos demais empregadores, o seguro poderá pagar essas testagens em alguns locais de trabalho, mas em outros não.

A decisão de Biden poderá encorajar outras empresas ao sinalizar que terão uma sólida base legal para impor regras parecidas, segundo Brian Kropp, diretor de pesquisas da prática de recursos humanos da consultoria Gartner.

Mas Kropp afirma que algumas empresas enfrentam dificuldades que vão além da legitimidade, como a resistência às vacinas em muitos Estados onde operam.

Varejistas como o Walmart poderão ter dificuldades para justificar a exigência da vacina para seus funcionários, ao mesmo tempo em que continuarão permitindo a entrada em suas lojas de consumidores não vacinados, acrescenta

Kropp. Em sua maioria, as lojas vêm evitando a exigência da vacina para seus clientes por temerem

afugentá-los e por causa da dificuldade de conferir sua situação.

Pesquisas da Gartner mostram que menos de 10% dos patrões disseram que pretendem exigir que todos os funcionários se vacinem. Mas uma mudança está se dando em relação à estabilização das taxas de vacinação e com a preocupação com a disseminação da variante delta, mais contagiosa. Até ontem, 70% dos americanos adultos havia tomado pelo menos uma dose, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês).

O Union Square Hospitality Group, grupo de restaurantes e bares da cidade de Nova York, está exigindo que os funcionários sejam vacinados até 7 de setembro.

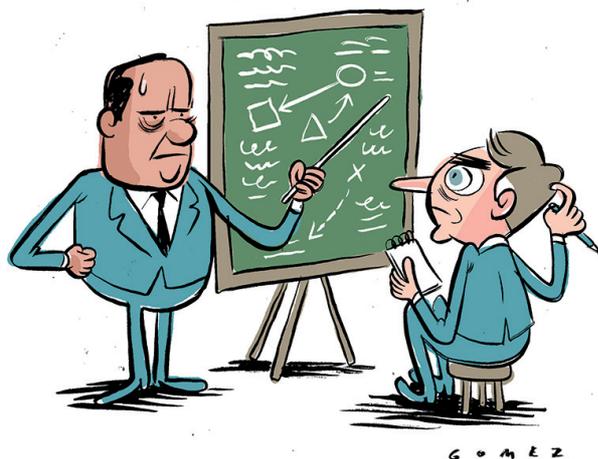
Alguns patrões estão chegando à conclusão de que exigir a vacina é mais simples do que tentar definir regras diferentes sobre máscaras e distanciamento social para o pequeno número de funcionários não vacinados.

Mais hospitais e casas de repouso estão exigindo a vacina. Até agora, essas ordens têm sobrevivido a ações legais. Mais de 150 funcionários de uma rede hospitalar de Houston que se recusaram a tomar a vacina foram demitidos ou afastados, depois que um juiz negou uma ação dos funcionários, contestando a obrigatoriedade.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969?page=1§ion=1

Planalto pega receita para evitar processos de impeachment - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

Ao nomear Carlos Henrique Sobral para número 2 da Secretaria de Governo, a ministra Flávia Arruda leva para dentro do Palácio do Planalto um dos poucos que acompanhou, de dentro, todos os processos de impeachment e de denúncias contra presidentes da República que tramitaram na Câmara, neste século. Carlos Henrique tem a memória das votações do impeachment de Dilma Rousseff e das duas denúncias contra Michel Temer. E, nos três casos, atuou do lado vitorioso.

Nos tempos de Dilma, era braço direito do todopoderoso presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Depois, nos tempos de Michel, era chefe de gabinete da mesma Secretaria de Governo em que está agora. Chegou com Geddel Vieira Lima e ficou com os ministros Antônio Imbassahy e Carlos Marun. Dadas as investigações que correm no Supremo Tribunal Federal, a ordem é se preparar para o caso de Jair Bolsonaro ser submetido a algo parecido pelo STF.

Temer venceu a primeira denúncia por 263 votos a 227, em 2 de agosto de 2017, e a segunda por 251 a 233, em outubro do mesmo ano.

E sabem como é: com esse novo inquérito envolvendo o presidente, todo cuidado é pouco.

Paulo Guedes perde mais uma

Depois de ver a área de Trabalho e Previdência sair da sua pasta, o ministro da Economia está prestes a perder mais uma: é voz isolada dentro do governo a favor do Bolsa Família de, no máximo, R\$ 300, enquanto a área política pretende elevar para R\$ 400. O programa, como o leitor da coluna sabe, é visto como o passaporte para melhorar a popularidade de Bolsonaro.

Mas não entrega os pontos

A equipe de Guedes tem dito que, para ter um programa social robusto, será preciso demonstrar capacidade de controle do gasto público. Não adianta aumentar os valores de auxílios e benefícios sociais se o mercado entender que a proposta é eleitoreira e não tem sustentação fiscal. O resultado será **inflação**, queda da bolsa e dólar nas alturas. No mínimo, será preciso garantir o parcelamento dos precatórios de R\$ 89 bilhões que vencem em 2022, um valor que compromete o teto de gastos.

E o voto impresso, hein?

O relator da PEC do voto impresso na comissão especial, deputado Felipe Barros (PSL-PR), anunciou que vai procurar o ministro Ciro Nogueira em busca de apoio para tentar salvar a proposta. O titular da Casa Civil, porém, tem outras prioridades. Como garantir as bases que possam levar o presidente a recuperar popularidade.

Segura aí

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pisou no freio para a **reforma tributária**. Se colocasse para votar hoje, a perspectiva de derrota era grande.

Curtidas

O quarteto/ Os quatro ministros que aparecem na foto

à porta da residência oficial do Senado, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o da Câmara, Arthur Lira, mostram quem está com a responsabilidade política de comandar a relação entre Congresso e Parlamento: Ciro Nogueira, Flávia Arruda, João Roma (Cidadania) e... Paulo Guedes, o detentor da chave do cofre.

Looks em sintonia/ A calça com listras brancas e pretas de Flávia Arruda estava em sintonia com a gravata de Pacheco, enquanto Ciro, Roma, Guedes e Lira desfilaram de gravatas azuis.

Chuva de processos/ Advogados do ex-presidente Lula avaliam processar quem repassou vídeos com áudios adulterados com a entrevista do petista de 20 de julho. A velocidade da gravação foi alterada para sugerir embriaguez. O vídeo foi compartilhado, por exemplo, pelo cantor Roger Moreira (foto), da banda de rock Ultraje a Rigor.

Agosto começa em alta-tensão/ Bolsonaro deu a largada dizendo que Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, não pode presidir o processo eleitoral depois da soltura de Lula pelo STF. O presidente do STF, Luiz Fux, falou que diálogo e harmonia entre os Poderes não implica impunidade. De quebra, o TSE instaurou inquérito para investigar os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral sem provas. O clima não está para bandeira branca.

Governo apresenta proposta que cria fundo para pagar "dividendo social"



Fábio Pupo Bernardo Caram Thiago Resende Mateus Vargas Washington Luiz

O governo apresentou a líderes do Congresso uma proposta que dribla a regra do teto de gastos em 2022. A ideia é adiar o pagamento de dívidas reconhecidas pela Justiça -chamadas de precatórios- e usar os recursos para elevar o valor do Bolsa Família. O pacote de medidas busca, desde já, melhorar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na campanha presidencial do próximo ano.

A proposta também cria um fundo com ativos de estatais e imóveis da União. A ideia da equipe econômica é inserir recursos oriundos de dividendos e venda de ações para expandir a área social e fazer outros gastos.

O fundo a ser criado pela PEC teria algumas funções. Ele seria usado para repassar a pessoas de baixa renda o que Guedes vem chamando de dividendos sociais, uma espécie de bônus. Além disso, a verba do fundo poderá ser usada para também pagar precatórios. Nesse caso, o pagamento não seria contabilizado no teto de gastos.

Apesar de ainda esperarem os detalhes do texto, economistas criticam a ideia. Lembram que adiar desse maneira o pagamento de dívidas é considerado calote e até pedalada.

Hoje, as dívidas são quitadas integralmente todos os anos, conforme um calendário estabelecido pela Justiça. Com a medida, haverá um limite de pagamento. Dessa forma, abre espaço para despesas em ano eleitoral.

A proposta adia o pagamento de quase metade de dívidas reconhecidas pela Justiça, que teriam de ser cumpridas em 2022. Atualmente, a demanda projetada para o ano que vem é de R\$ 89,1 bilhões -um crescimento de 60% em relação ao projetado para 2021.

A ideia do governo é utilizar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) com um aval para que o pagamento dos precatórios possa ser parcelado em até dez anos, o que geraria uma folga no espaço orçamentário de 2022 para outras ações.

De acordo com integrantes do governo, a PEC vai servir para que o espaço do teto de gastos não seja inteiramente consumido pelo crescimento dos precatórios. Um instrumento à parte, uma MP (medida provisória), vai definir o formato do novo Bolsa Família.

O novo programa social vem sendo desenhado na equipe econômica para ter um valor próximo a R\$ 300.

A manobra foi discutida pelo titular da área econômica Paulo Guedes com os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Após o encontro, o ministro da Cidadania, João Roma, disse que a reestruturação do Bolsa Família ocorrerá por meio de MP e não tratará de valores. O texto, segundo Roma, deve ser entregue ao Congresso ainda nesta semana.

"A discussão é acerca de uma modulação, acerca dos precatórios. De alguma forma, isso impacta o Orçamento do próximo ano que, por sua vez, poderia impactar no programa social, mas o programa social não visa de forma nenhuma sair do teto".

O governo segue com a ideia de ampliar o número de beneficiários do Bolsa Família, de 14,7 milhões para 17 milhões no novo programa social.

Pacheco afirmou que foram discutidas alternativas para se compatibilizar o pagamento de precatórios pela União e um programa social que atenda a população vulnerável "com a responsabilidade fiscal necessária".

"Envidaremos os esforços para essa solução, com especial destaque ao fato de que a população carente precisa ser assistida com uma renda mínima que minimize a fome e a miséria no Brasil", afirmou em rede social.

Em nota, a Casa Civil disse, após o encontro, que a PEC "faz um ajuste nas regras de parcelamento dos precatórios, ampliando a possibilidade de parcelamento já prevista na Constituição Federal."

De acordo com técnicos que participam da formulação do texto, o primeiro eixo da proposta terá como alvo os chamados superprecatórios, dívidas judiciais do governo com valores acima de R\$ 66 milhões (60 mil salários mínimos).

A medida deve prever um alongamento desses débitos, com pagamento de entrada e parcelamento em nove anos. Esse ponto traria um alívio de aproximadamente R\$ 20 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional em 2022.

Cálculo interno do Ministério da Economia aponta que os precatórios com valor superior a R\$ 66 milhões, que serão alvo do parcelamento, representam 3% do total desses passivos.

Outro mecanismo estabelece que o gasto total do governo com precatórios será limitado a 2,6% da receita corrente líquida anual (somatório da arrecadação tributária, deduzidas as transferências constitucionais). O potencial de economia com esse dispositivo ultrapassa R\$ 20 bilhões.

O texto ainda estabelece um sistema especial para dívidas entre entes da federação. Se um estado, por exemplo, tem um precatório a receber do governo federal, ele poderá usar esse valor para abater outra dívida com a União.

Segundo fonte da pasta, uma das versões formuladas da PEC previa que o governo pagasse de imediato os precatórios com valor de até R\$ 66 mil, o que reduziria o impacto da medida sobre pessoas que não possuem renda alta. Ainda havia dúvidas se o dispositivo estaria na versão final do texto.

O analista do Senado e especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro discorda da proposta do time de Guedes. Para ele, a medida sinaliza que o governo não pretende honrar suas dívidas e pode ser lida como uma espécie de calote.

"Cumprir o teto dessa forma, criando espaço fiscal para um novo programa social, é uma medida fiscalmente irresponsável", disse.

Na avaliação do economista, o parcelamento de precatórios faz sentido apenas para estados e municípios quando há forte dificuldade em caixa para manter a prestação de serviços públicos básicos.

"A União pode emitir dívida, via emissão de títulos públicos no mercado, para pagar os precatórios em vez de dar calote", afirmou, ressaltando que os governos regionais não têm essa prerrogativa.

O economista Marcos Mendes, um dos pais do teto de gastos e colunista da Folha, diz considerar a proposta de adiamento dos precatórios equivocada por vários motivos. "Já tentaram isso antes e houve uma reação muito grande, porque disseram que seria calote e pedalada. É empurrar despesa para a frente, é um artifício que você está usando para burlar a regra do teto", disse.

Mendes afirma que o governo não está sendo surpreendido por uma conta que apareceu de repente porque vários órgãos, como a AGU (Advocacia-Geral da União) e a PGFN (Procuradoria-geral da Fazenda Nacional), fazem o acompanhamento de decisões judiciais contra o governo.

Mendes diz que a medida não resolve o problema fiscal, apenas posterga as dívidas, e que o país vai pagar mais caro pelas sentenças judiciais graças à correção monetária. Além disso, há margem para contestações judiciais. Em sua visão, a proposta se soma a outra medida em discussão que afeta as contas públicas -a **reforma tributária**, que tira pelo menos R\$ 30 bilhões dos cofres públicos anualmente (e também viabiliza juridicamente o Bolsa Família).

"Tudo isso com objetivo claro de aumentar despesa em ano eleitoral. Tem um discurso otimista de que vão cumprir o teto, quando estão empurrando despesas para outros anos", afirma.

Caio Megale, economista-chefe da XP, pondera que o nível de precatórios já está elevado e considera que a proposta pode ser discutida. "Do ponto de vista legal, não tem dúvida. Tem que ser pago e ponto. [Mas] faz sentido debater", afirma.

Ele afirma, no entanto, que a flexibilização deve ficar restrita somente aos precatórios que cresceram em relação a 2021 e que, caso o texto vá além disso, a credibilidade da proposta ficará comprometida.

De qualquer forma, ele considera arriscado lançar a proposta em um ambiente de proximidade do calendário eleitoral. O maior receio é que o texto seja flexibilizado durante a tramitação no Congresso e abra mais brechas para gastos.

"A gente está num momento particularmente delicado para essa discussão. Acho que pode existir uma discussão mais aberta e fora de hora sobre flexibilizar o arcabouço fiscal", afirma ele.

A proposta agora colocada à mesa de negociação por Guedes já foi apresentada e descartada em 2020 após reações negativas do mercado.

Em setembro do ano passado, após reunião com o presidente Jair Bolsonaro e Guedes, parlamentares apresentaram o plano de limitar o pagamento de precatórios. A sobra de recursos seria usada para bancar um programa social mais robusto do que o Bolsa Família.

O anúncio gerou uma onda de críticas de especialistas e criou uma disputa de versões, com parlamentares e membros da equipe econômica alegando que não eram os autores da ideia.

O plano acabou descartado.

ENTENDA

O que são precatórios?

O precatório é emitido no caso de condenações da Justiça contra o Estado em valores acima de 60 salários mínimos (ou seja, R\$ 66 mil).

O que são RPVs?

As RPV (requisições de pequeno valor) são condenações abaixo desse limite.

Hoje, quando esse pagamento deve ser feito?

Os precatórios devem ser quitados até o final do exercício seguinte à sua expedição. No caso da RPV, esse prazo é de até 60 dias após a expedição da requisição de pagamento

O que o governo planeja fazer?

Adiar esses pagamentos. No caso dos RPVs, a execução é mantida. Mas os precatórios seriam parcelados em até 10 anos.

Qual o objetivo?

Abrir espaço no teto de gastos para turbinar o Bolsa Família em 2022. O teto impede o crescimento real das despesas do governo.

O projeto resolve o problema fiscal?

Não, apenas joga a despesa para anos seguintes.

Qual o valor total de precatórios previsto para 2022?

Serão R\$ 69,2 bi de precatórios e mais R\$ 19,8 bi de RPVs, totalizando R\$ 89,1 bi

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49620>

Bolsonaro critica taxaço de grandes fortunas e afirma que agora é crime ser rico no Brasil

Mateus Vargas

O presidente Jair Bolsonaro criticou nesta segunda-feira (2) propostas de taxar grandes fortunas e disse que ser rico no Brasil se tornou um crime.

"Alguns querem que eu taxe grandes fortunas no Brasil. É um crime agora ser rico no Brasil. A França, há poucas décadas, fez isso. O capital foi para a Rússia", disse o presidente durante evento no Ministério da Cidadania.

A declaração de Bolsonaro ocorre no momento em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta calibrar a proposta preliminar da segunda fase da **reforma tributária**, que mexe nas regras do Imposto de Renda e desagradou empresários.

"Querem que se aumente carga tributária, que se tabele preços, como a Argentina fez com a carne. Não só faltou no mercado, como subiu de preço", disse ainda Bolsonaro.

Provável candidato à Presidência e líder nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também citou a França ao criticar, no último dia 26, proposta de taxar grandes fortunas.

"O problema não é taxar grandes fortunas, porque você pode taxar grandes fortunas e elas voarem para outro país. Eu lembro que a França taxou grandes fortunas e empresários foram embora. O problema é ter uma política de imposto de renda que seja justa, que as pessoas paguem de acordo com o que ganham", disse Lula.

O presidente fazia críticas, no discurso, aos governos da Argentina e da Venezuela. Ele afirmava que o Brasil pode entrar em crise se permitir a volta de governos de esquerda.

Atrás nas pesquisas eleitorais, Bolsonaro tem dito que há um complô para fraudar as eleições em 2022 e impedir a sua reeleição ao Planalto.

"Escolhas erradas, populista, demagógicas. Vendendo ilusão. Prometendo paraíso. Dividir riqueza e renda.

Alguém conhece algum empresário socialista? Alguém empreendedor comunista?", disse o presidente sobre os países governados pela esquerda.

A Folha mostrou, em janeiro, que a França, antes considerada referência, desistiu em 2018 de tributar riqueza líquida e restringiu a base a imóveis.

Também provável candidato ao Planalto em 2022, Ciro Gomes (PDT) rebateu a fala de Lula contrária ao aumento das taxas sobre grandes fortunas. "O PT sempre defendeu esta taxaço, e nunca teve coragem de implantá-la em seus governos. Fazer os super-ricos pagarem **impostos** não só é possível, como absolutamente necessário", disse Ciro, em 28 de julho, nas redes sociais.

A proposta preliminar da segunda fase da **reforma tributária**, que mexe nas regras do Imposto de Renda, causou gritaria entre empresários ao colocar uma taxaço de 20% sobre a distribuição de lucros e dividendos aos acionistas e cortar o IR para as empresas abaixo do que elas gostariam.

Assustado com a repercussão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao empresariado que estava disposto a calibrar pontos da reforma. O texto do relator, Celso Sabido (PSDB-PA), ainda está em discussão e diversas mudanças na versão preliminar já ocorreram.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49620>

Estrangeiros retiram R\$ 7 bi da B3 em julho

Fernanda Guimarães

A maior incerteza diante da variante Delta da covid-19, que se tornou dominante em vários países, gerou preocupação sobre o crescimento global e motivou o investidor estrangeiro a retirar recursos da Bolsa brasileira em julho. Os dados até o dia 28 mostram uma saída de R\$ 7 bilhões, interrompendo um ciclo positivo desde março, com impulso da grande liquidez global e do otimismo com o avanço da vacinação.

Os dados da B3 mostram uma maior preocupação dos investidores com a recuperação da economia em todo o mundo e a possibilidade, com a variante Delta, de imposição de novas restrições - o que motiva a busca por ativos mais seguros, com a retirada de dinheiro de países emergentes.

"Essa saída em julho pode ser interpretada como uma reavaliação menos otimista do crescimento global", afirma Tony Volpon, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e estrategista-chefe da gestora WHG.

Apesar da onda de retirada de recursos em julho, o saldo no ano segue positivo em R\$ 41 bilhões, conforme dados da Bolsa.

O dado de fluxo de investimentos não considera a entrada de recursos de estrangeiros para a participação em ofertas de ações, que ganharam corpo recentemente com a abertura de capital de novas empresas.

No ano passado, o fluxo de capital estrangeiro na Bolsa brasileira foi negativo em R\$ 32 bilhões.

"Houve uma correção no mercado.

Em relação ao mercado brasileiro, há ainda preocupações em torno da desaceleração da economia chinesa e como isso pode afetar os preços das commodities", diz Volpon. Para o economista, o movimento tende a ser passageiro e ele não vê, até o momento, chance de o mercado voltar a operar com perspectivas recessivas. "Em até dois meses voltaremos à trajetória de recuperação." Para João Leal, economista da Rio Bravo, gestora fundada pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, a fragilidade do ambiente institucional no Brasil amplifica esse resultado negativo. "A **reforma tributária** recentemente apresentada pelo governo merece destaque, devido às mudanças propostas para a

tributação de dividendos.

Essa insegurança jurídica é especialmente danosa."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Hora de uma reforma tributária ampla (2)

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Depois de mais de três décadas de discussões, há atualmente o consenso de que o Brasil deve, com urgência, reformar o sistema tributário, tornando-o mais eficiente, simples e justo. Felizmente, o momento é oportuno, pois tanto o governo federal como o Congresso Nacional têm demonstrado disposição para levar adiante as reformas estruturais de que o país tanto precisa. Além disso, há sinais de acordo entre a União e os estados em torno de um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com um tributo federal e outro subnacional.

Os 26 estados e o Distrito Federal concordam que é necessário corrigir as distorções dos **impostos** sobre o consumo, que aumentam os custos de bens e serviços, diminuem a competitividade das empresas e comprometem o crescimento econômico. Os municípios, tendo sua autonomia respeitada, também podem se juntar a esse consenso federativo.

Um dos principais problemas do sistema atual é a cumulatividade, situação em que o mesmo imposto é cobrado em várias etapas da produção, fazendo com que resíduos tributários se acumulem ao longo da cadeia produtiva. Cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que esses resíduos representam, em média, 7,4% do valor líquido dos **tributos** incidentes sobre o produto industrial brasileiro. Trata-se de um custo que reduz nossa capacidade de enfrentar a acirrada concorrência internacional.

A complexidade e a profusão de leis e obrigações fiscais também estão na origem de inúmeros litígios tributários, que oneram ainda mais as empresas. Atualmente, conforme dados do Insper, os contenciosos administrativos e fiscais no Brasil somam R\$ 4,9 trilhões, o que equivale a 73% do **PIB** do país.

Outra disfunção do sistema é a má distribuição do peso dos **impostos** entre os diversos setores. A carga tributária incidente sobre a indústria de transformação alcança 46,2% e está muito acima de outros segmentos. Prejudicada pelas ineficiências do sistema tributário, a indústria de transformação encolheu, em média, 1,6% ao ano na última década, afetando o desempenho da economia de forma geral. Nos últimos dez anos, o **PIB** do país cresceu apenas 0,3% em média.

Para não ter outra década perdida, o Brasil precisa fazer uma **reforma tributária** abrangente, que simplifique e traga mais racionalidade ao sistema de arrecadação de **impostos**. Isso requer a substituição dos **tributos** federais, estaduais e municipais que incidem sobre o consumo pelo IVA. Essa mudança aproximará o Brasil das melhores práticas internacionais de tributação, promoverá a competitividade das empresas e estimulará a produção e os investimentos no país.

Por isso, é importante que o governo federal se articule com estados e municípios e lidere a construção e a aprovação de uma reforma consistente dos **tributos** sobre o consumo, com a aprovação de uma emenda constitucional que institua um sistema de IVA dual. É necessário, ainda, avançar com as mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Física e das empresas. Nesse sentido, o texto apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso vai na direção correta. Entretanto a proposta precisa de aperfeiçoamentos nas alíquotas e nas regras para a tributação da distribuição de lucros e de dividendos e para as deduções de juros sobre o capital próprio.

Os projetos do Poder Executivo e as propostas de emenda constitucional em discussão no Legislativo aceleraram os debates em torno da **reforma tributária**. A partir dessas proposições, é possível amadurecer o entendimento político em torno da necessidade de uma mudança mais abrangente do sistema tributário. Precisamos aproveitar este momento de convergências para fazer uma **reforma tributária** ampla, capaz de acelerar o ritmo de crescimento econômico e de criar oportunidades de trabalho e renda para todos os brasileiros.

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária: relator envia mudanças a governos locais

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E FERNANDA TRISOTTO

Em um aceno a governadores e prefeitos, o relator da reformado Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), enviou ontem aos governos locais uma nova versão da proposta. O objetivo das mudanças é reduzir as resistências dos governadores, que começaram a se mobilizar contra a proposta no Congresso. O novo relatório, ao qual o GLOBO teve acesso, condiciona a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ao aumento da arrecadação.

Em reunião na quinta-feira passada com secretários estaduais de Fazenda, Sabino disse que estava avaliando a criação de gatilhos para reduzir o IR da Pessoa Jurídica.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende votar o texto ainda neste mês. Ele pode colocar em votação, ainda hoje, o pedido de urgência para a matéria.

Pelo novo texto, o IRPJ cairá de 25% para 17,5% em 2022, independentemente do cenário das receitas federais. O relatório prevê ainda uma nova queda no ano que vem, de 2,5 pontos percentuais, caso a arrecadação do Imposto de Renda (de pessoas físicas e empresas) suba mais que a inflação. Ou seja, caso haja aumento real da arrecadação.

Sabino estabelece em seu texto que a arrecadação do IR entre novembro de 2020 e outubro de 2021 precisará ser maior do que o período entre novembro de 2018 e outubro de 2019 para que a alíquota seja reduzida. A fixação dessa data é importante, porque tira da base de comparação os efeitos da crise econômica provocada pela pandemia.

Em 2023, haverá outro corte de 2,5 pontos percentuais, se a arrecadação do IR entre novembro de 2021 e outubro de 2022 superar a registrada entre novembro de 2018 e outubro de 2019, já descontada a inflação.

SEM TAXAÇÃO DE FORTUNAS

A taxação de grandes fortunas não faz parte da reforma tributária, mas, com a pandemia, o assunto voltou à baila e vem sendo defendido por alguns

setores. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, descartou ontem a criação de tal tributo, citando a França como um país que enfrentou fuga de capital ao adotar esse imposto:

-Alguém conhece algum empresário socialista? Alguém empreendedor comunista? Alguns querem que eu taxe grandes fortunas no Brasil. É um crime agora ser rico no Brasil? A França há poucas décadas fez isso, e o capital foi para a Rússia.

A Constituição brasileira prevê o Imposto sobre Grandes Fortunas, mas ele nunca foi instituído.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Parecer mantém isenção de IR para quem ganha até R\$ 2,5 mil

FERNANDA FERNANDESISRAEL MEDEIROS

Um novo parecer nas mãos do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) mantém a isenção de Imposto de Renda para trabalhadores celetistas que ganham até R\$ 2,5 mil. O relator não alterou as alíquotas de dedução de IR e faixas de renda fixadas no texto original do projeto. O substitutivo, apresentado ontem, além de propor alterações no IR para pessoas físicas e jurídicas, implementa a tributação sobre lucro líquido (dividendos) das empresas.

Segundo a proposta, quase todas as faixas de renda na base de cálculo terão as deduções do IR reduzidas. Quem recebe de R\$ 2.826,66 a R\$ 3.200,00, por exemplo, terá redução no desconto de 15% para 7,5%. A estimativa do governo é de que as alterações beneficiarão mais 5,6 milhões de contribuintes. Assim, os isentos, que hoje somam 10,7 milhões de trabalhadores, passariam a corresponder a 50% do total de 31 milhões de declarantes.

Em relação à tributação sobre rendimento líquido das empresas, o substitutivo de Sabino manteve a isenção de tributação de 20% para empresas do Simples Nacional que arrecadam até R\$ 4,8 milhões. Também permanece a isenção de **impostos** prevista no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), para empresas que oferecem vale-refeição aos empregados.

Para Silas Santiago, gerente de políticas públicas do Sebrae, a isenção na distribuição de lucros da pequena empresa optante pelo Simples Nacional para seus titulares ou sócios é positiva. Mas alguns pontos ainda preocupam. "A questão da isenção traz consigo a obrigatoriedade da contabilidade completa, o que hoje não é necessário. Além disso, também defendemos que o adicional do imposto de renda, que é os 10 % cobrado a partir de determinado lucro, deve ter correção, pois afeta as pequenas empresas optantes pelo lucro presumido", afirma Santiago. O tributo citado pelo gerente do Sebrae foi instituído em 1996 e, desde então, não teve correção.

Ana Carolina Monguilod, sócia do i2a Advogados e professora do Insper, é contra a tributação de dividendos da maneira prevista pelo relator Celso Sabino. Segundo a professora, os esforços para melhorar a proposta têm sido insuficientes. Ela

considera não haver um equilíbrio entre a tributação dos dividendos e a redução correspondente no Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, continua a especialista, a imprevisibilidade dos **impostos** pagos por empresários pode causar insegurança jurídica. "É uma loucura o empresário não saber qual imposto vai pagar porque isso depende de evento futuro. É fazer com que nosso sistema tributário, que não nos dá qualquer segurança jurídica, fique ainda mais incerto", critica.

Mudanças na tabela de pessoa físicaVeja a proposta que consta no PL 2337/21, que trata da reforma do Imposto de Renda.

Como é hoje

Renda (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até R\$ 1.903,98	Isento	-De R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65
7,5%	142,80	De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05
15%	354,80	De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68
22,5%	636,13	Acima de R\$ 4.664,68
27,5%	869,36	

Como ficaria

Até 2.500,00	Isento	-De 2.500,01 até 3.200,00
7,5%	187,50	De 3.200,01 até 4.250,00
15%	427,50	De 4.250,01 até 5.300,00
22,5%	746,25	Acima de 5.300,00
27,5%	1.011,25	

Novo Bolsa Família na pauta



Flávia Arruda, João Roma, Ciro Nogueira, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira e Paulo Guedes se reuniram na residência oficial do presidente do Senado

Brasília - O governo federal apresentou ontem ao Congresso Nacional a proposta de criação do novo programa social, que inclui o parcelamento dos precatórios para viabilizar o benefício. O texto foi entregue pelos ministros da Economia, Paulo Guedes; da Casa Civil, Ciro Nogueira; da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e da Cidadania, João Roma, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O novo programa vai substituir o Bolsa Família e ainda não tem nome definido. Os valores das parcelas estão condicionados a uma fórmula para pagamento dos precatórios, que deve saltar de R\$ 40 bilhões para R\$ 90 bilhões.

O presidente Jair Bolsonaro já chegou a mencionar R\$ 300 para o novo programa, mas a equipe econômica diz que pode chegar aos R\$ 400 desde que as privatizações avancem e o governo federal consiga parcelar os precatórios, que são dívidas que a Justiça manda o governo pagar após decisão em última instância. Os dois ministros informaram a Pacheco e a Lira que o parcelamento será apresentado como proposta de emenda à Constituição, e o novo programa social por medida provisória.

Em entrevista à rádio ABC, de Novo Hamburgo (RS) ontem, Bolsonaro justificou a aproximação do bloco partidário Centrão com a necessidade de aprovar o novo programa social. E voltou a defender a presença de Ciro Nogueira na Casa Civil. "Eu duvido alguém aprovar qualquer projeto sem o chamado Centrão. Preciso da maioria qualificada do Parlamento para aumentar o Bolsa Família, que eu espero que seja acima de R\$ 300", disse.

O novo programa foi entregue pelos ministros na residência oficial de Rodrigo Pacheco. Paulo Guedes confirmou que um valor maior depende da criação do Fundo Brasil. Esse fundo receberia recursos da privatização de estatais e da venda de imóveis da União, além de dividendos das empresas públicas.

Dessa forma, os recursos seriam usados para pagar um benefício do novo programa social. O novo Bolsa Família é considerado a principal medida do governo no segundo semestre deste ano e busca melhorar a popularidade de Bolsonaro para a disputa presidencial.

No encontro, Ciro Nogueira afirmou que será fundamental diminuir o rombo nos cofres públicos com o pagamento de precatórios, sob o risco de o governo travar em 2022. O gasto do governo com o pagamento de precatórios pode chegar a R\$ 90 bilhões em 2022, acima dos cerca de R\$ 54,7 bilhões previstos para 2021. Na última sexta-feira, ao falar do gasto com precatórios, Guedes afirmou que um "meteoro" poderia "atingir a Terra" e que era preciso "disparar um míssil" para evitar a colisão.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, já adiantou que atuará na mediação de todas as dívidas da União que foram reconhecidas no STF e que devem ser pagas por precatórios. "A necessidade de conciliação para não prejudicar os cofres públicos foi tratada em conversa entre o ministro Fux e o ministro da Economia, Paulo Guedes. A partir de agosto, os moldes dessa negociação serão definidos e informados à sociedade", disse o STF em nota na sexta-feira.

Depois do encontro de ontem, Pacheco afirmou nas redes sociais que na reunião feita foram discutidas "alternativas para compatibilizar a obrigação de pagamento de precatórios pela União com um programa social que atenda a população vulnerável, como venho defendendo, e a responsabilidade fiscal necessária."

A ala política do governo, que agora tem Ciro Nogueira como principal articulador, defende que o valor do benefício chegue a R\$ 400. Mas nos ministérios da Economia e da Cidadania não há nenhum estudo que contemple esse valor.

A equipe de Paulo Guedes busca recursos, incluindo a **reforma tributária**, para viabilizar o novo programa social de até R\$ 300, como tem prometido o presidente Bolsonaro.

Minas adia concessão de benefício

Guilherme Peixoto

O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), oficializou a prorrogação, em três meses, da data

limite para o pagamento da bolsa de R\$ 600 para famílias em situação de extrema pobreza. Agora, o Poder Executivo tem até 1º de novembro para depositar o valor nas contas dos beneficiados. O prazo original vence em 1º de agosto. O adiamento do prazo consta na edição do último sábado (31/8) do Diário Oficial do estado. A mudança é fruto de acordo entre o governo Zema e a Assembleia Legislativa, responsável por propor o plano de ajuda aos vulneráveis. A ideia do adiamento é que o benefício estadual seja pago em época próxima ao fim do auxílio emergencial federal.

Os R\$ 600 serão creditados em parcela única. Ainda não há calendário para o saque do valor. O cronograma será definido em conjunto com a instituição financeira escolhida para operacionalizar os pagamentos. Serão contemplados os núcleos familiares cuja renda per capita não ultrapassa R\$ 89 ao mês. O programa de apoio aos cidadãos em extrema pobreza, batizado de "Força Família", será custeado pela verba arrecadada pelo Recomeça Minas, plano para a renegociação de dívidas fiscais de empresas.

O mecanismo, também pensado por deputados estaduais, foi pensado para dar fôlego a empreendedores afetados pelos efeitos econômicos da pandemia de COVID. A esperança é que descontos em **tributos** com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incentivem a regularização de débitos, gerando receita extraordinária ao caixa estadual. Parte do dinheiro, então, será aplicado no pagamento das bolsas de R\$ 600.

Zema aproveitou a última edição do Diário Oficial para sancionar a lei que expande o rol de categorias contempladas pelo Regime de **Previdência Complementar** estadual. Trata-se de modelo facultativo, paralela à Previdência "tradicional" e pensado para dar mais segurança financeira aos trabalhadores após a aposentadoria. Integrantes dos poderes do Estado e **servidores públicos** concursados podem aderir ao regime. Funcionários nomeados em cargos de comissão também podem ser incorporados, mas sem contrapartidas estatais. O prazo para manifestar interesse na **previdência complementar** vence em 31 de dezembro deste ano.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

GOVERNO

Ministros entregam aos presidentes da Câmara e do Senado proposta do programa social, que pode chegar a R\$ 400 mensais, atrelado ao parcelamento do pagamento de precatórios

Novo Bolsa Família na pauta

Brasília – O governo federal apresentou ontem ao Congresso Nacional a proposta de criação do novo programa social, que inclui o parcelamento dos precatórios para viabilizar o benefício. O texto foi entregue pelos ministros da Economia, Paulo Guedes; da Casa Civil, Ciro Nogueira; da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e da Cidadania, João Roma, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O novo programa vai substituir o Bolsa Família e ainda não tem nome definido. Os valores das parcelas estão condicionados a uma fórmula para pagamento dos precatórios, que deve saltar de R\$ 40 bilhões para R\$ 90 bilhões.

O presidente Jair Bolsonaro já chegou a mencionar R\$ 300 para o novo programa, mas a equipe econômica diz que pode chegar aos R\$ 400 desde que as privatizações avancem e o governo federal consiga parcelar os precatórios, que são dívidas que a Justiça manda o governo pagar após decisão em última instância. Os dois ministros informaram a Pacheco e a Lira que o parcelamento será apresentado como proposta de emenda à Constituição, e o novo programa social por medida provisória.

Em entrevista à rádio ABC, de Novo Hamburgo (RS) ontem, Bolsonaro justificou a aproximação do bloco partidário Centrão com a necessidade de aprovar o novo programa social. E voltou a defender a presença de Ciro Nogueira na Casa Civil. "Eu duvido alguém aprovar qualquer projeto sem o chamado Centrão. Preciso da maioria qualificada do Parlamento para aumentar o Bolsa Família, que eu espero que seja acima de R\$ 300", disse.

O novo programa foi entregue pelos ministros na residência oficial de Rodrigo Pacheco. Paulo Guedes confirmou que um valor maior depende da criação do Fundo Brasil. Esse fundo receberia recursos da privatização de estatais e da venda de imóveis da União, além de dividendos das empresas públicas. Dessa forma, os recursos seriam usados para pagar um

benefício do novo programa social. O novo Bolsa Família é considerado a principal medida do governo no segundo semestre deste ano e busca melhorar a popularidade de Bolsonaro para a disputa presidencial.

No encontro, Ciro Nogueira afirmou que será fundamental diminuir o rombo nos cofres públicos com o pagamento de precatórios, sob o risco de o governo travar em 2022. O gasto do governo com o pagamento de precatórios pode chegar a R\$ 90 bilhões em 2022, acima dos cerca de R\$ 54,7 bilhões previstos para 2021. Na última sexta-feira, ao falar do gasto com precatórios, Guedes afirmou que um "meteoro" poderia "atingir a Terra" e que era preciso "disparar um míssil" para evitar a colisão.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, já adiantou que atuará na mediação de todas as dívidas da União que foram reconhecidas no STF e que devem ser pagas por precatórios. "A necessidade de conciliação para não prejudicar os cofres públicos foi tratada em conversa entre o ministro Fux e o ministro da Economia, Paulo Guedes. A partir de agosto, os moldes dessa negociação serão definidos e informados à sociedade", disse o STF em nota na sexta-feira.

Depois do encontro de ontem, Pacheco afirmou nas redes sociais que na reunião foram discutidas "alternativas para compatibilizar a obrigação de pagamento de precatórios pela União com um programa social que atenda a população vulnerável, como venho defendendo, e a responsabilidade fiscal necessária."

A ala política do governo, que agora tem Ciro Nogueira como principal articulador, defende que o valor do benefício chegue a R\$ 400. Mas nos ministérios da Economia e da Cidadania não há nenhum estudo que contemple esse valor.

A equipe de Paulo Guedes busca recursos, incluindo a reforma tributária, para viabilizar o novo programa social de até R\$ 300, como tem prometido o presidente Bolsonaro.



Flávia Arruda, João Roma, Ciro Nogueira, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira e Paulo Guedes se reúnem na residência oficial do presidente do Senado

Minas adia concessão de benefício

GUILHERME PEIXOTO

O governador de Minas, Romeu Zema (Novo), oficializou a prorrogação, em três meses, da data limite para o pagamento da bolsa de R\$ 600 para famílias em situação de extrema pobreza. Agora, o Poder Executivo tem até 1º de novembro para depositar o valor nas contas dos beneficiários. O prazo original vencia em 1º de agosto. O adiamento do prazo consta na edição do último sábado (31/8) do Diário Oficial do estado. A mudança é fruto de acordo entre o governo Zema e a Assembleia Legislativa, responsável por propor o plano de ajuda aos vulneráveis. A ideia do adiamento é que o benefício estadual seja pago em época próxima ao fim do auxílio emergencial federal.

Os R\$ 600 serão creditados em parcela

única. Ainda não há calendário para o saque do valor. O cronograma será definido em conjunto com a instituição financeira escolhida para operacionalizar os pagamentos. Serão contemplados os núcleos familiares cuja renda per capita não ultrapassa R\$ 89 ao mês. O programa de apoio aos cidadãos em extrema pobreza, batizado de "Força Família", será custeado pela verba arrecadada pelo Recomeça Minas, plano para a renegociação de dívidas fiscais de empresas.

O mecanismo, também pensado por deputados estaduais, foi pensado para dar fôlego a empreendedores afetados pelos efeitos econômicos da pandemia de COVID. A esperança é que descontos em tributos com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incentivem a regularização de

débitos, gerando receita extraordinária ao caixa estadual. Parte do dinheiro, então, será aplicado no pagamento das bolsas de R\$ 600.

Zema aproveitou a última edição do Diário Oficial para sancionar a lei que expande o rol de categorias contempladas pelo Regime de Previdência Complementar estadual. Trata-se de modelo facultativo, paralela à Previdência "tradicional" e pensado para dar mais segurança financeira aos trabalhadores após a aposentadoria. Integrantes dos poderes do Estado e servidores públicos concursados podem aderir ao regime. Funcionários nomeados em cargos de comissão também podem ser incorporados, mas sem contrapartidas estatais. O prazo para manifestar interesse na previdência complementar vence em 31 de dezembro deste ano.

Petrobras diz não ter definição sobre vale-gás de Bolsonaro

Nicola Pamplona

Após o presidente Jair Bolsonaro dizer que a Petrobras tem um plano para reduzir o custo do botijão de gás para a população de baixa renda, a empresa afirmou em nota que "não há definição" quanto a programas do tipo e que qualquer projeto dependeria de aprovação pela área de governança da companhia.

O estatuto da estatal a proíbe de financiar políticas públicas que gerem prejuízo às suas operações. O texto determina que a empresa cobre da União eventuais prejuízos investimentos de interesse público ou com a concessão de subsídios.

Na sexta (30), em entrevista ao Programa do Ratinho, do SBT, Bolsonaro disse que a Petrobras tem "uma reserva de aproximadamente R\$ 3 bilhões para atender realmente esses mais necessitados". "Seria um vale-gás, seria o equivalente -no que está sendo estudado até agora- a um bujão de graça a cada dois meses", afirmou.

Desde o início do governo Bolsonaro, o preço do gás de cozinha vendido pela Petrobras acumula alta de 66%, reflexo da desvalorização cambial e de uma mudança na política de preços da estatal, que deixou de subsidiar o produto vendido para envase em botijões de 13 quilos.

Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o botijão custava, em média no país, R\$ 92,79. Em alguns locais, a pesquisa da agência encontrou o produto sendo vendido por R\$ 130.

A escalada, que atinge de maneira mais forte a população de baixa renda, vem tendo impacto na popularidade do presidente, que isentou o produto de **impostos** federais, mas sem grande efeitos sobre os preços.

Na nota divulgada no sábado (31), a Petrobras indica que os R\$ 3 bilhões citados por Bolsonaro referem-se aos dividendos que a empresa distribuiu ao governo pelos lucros realizados no ano. Ao todo, disse a companhia, foram distribuídos R\$ 10,3 bilhões durante o ano.

Mas afirmou que, embora contribua com discussões

sobre eventuais programas voltados a famílias vulneráveis, "não há definição quanto à implementação e o montante de participação em eventuais programas".

A Petrobras defendeu ainda que manterá sua política de acompanhamento das cotações internacionais, criticada por sindicatos, partidos de oposição e por caminhoneiros, que sofrem com a disparada do preço do diesel, mas apoiada pelo mercado financeiro e pela área econômica do governo.

"A Petrobras foi rápida em falar que não tinha nenhum estudo pronto e não havia nenhuma conversa nesse sentido. Esse é o ponto principal", comentou Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, afirmando que exemplos recentes mostram que a gestão da empresa põe as premissas financeiras "em primeiro lugar".

"Já tivemos caso de processo de refinaria que não foi para frente pois a proposta não agradou. Vimos também a venda da BR em uma pura demonstração de alocação financeira, mostrando que o foco hoje segue na queda do endividamento", afirmou.

No conselho de administração da companhia, a avaliação é que a blindagem contra interferências políticas estabelecida na gestão Pedro Parente protege a companhia de pressões para oferecer subsídios ou descontos nos preços.

O descontentamento com a elevação dos preços levou Bolsonaro a demitir, em fevereiro, o ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco, que comandava a estatal desde o início do governo, por indicação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Seu substituto, o general Joaquim Silva e Luna, assumiu sob expectativa de recuo na política de preços, mas até o momento vem seguindo as cotações internacionais, embora com uma frequência de reajustes menor do que a praticada por seus antecessores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49620>

Estados e municípios tiveram redução média de 9% nos gastos com educação

Renata Cafardo

Estados e municípios diminuíram despesas com educação em 2020, durante a pandemia de covid-19. Mesmo com escolas fechadas, o ano passado foi considerado por especialistas o mais crítico para o ensino no mundo todo, o que demandaria investimentos em novas formas de ensinar, conectividade e infraestrutura das escolas para o retorno.

O orçamento do Ministério da Educação também foi reduzido.

Os dados fazem parte do Anuário Brasileiro da Educação Básica, lançado ontem pelo Todos pela Educação e pela Editora Moderna.

Nos Estados, a queda entre 2019 e 2020 foi de R\$ 11,4 bilhões, equivalente a uma redução média de 9%. Já os municípios investiram R\$ 10,4 bilhões menos no ano passado, diminuição média de 6%. Os dados incluem todos os gastos com educação, incluindo salários. "Esse é um dos grandes erros do Brasil na pandemia: colocar a educação em segundo plano, achando que era possível dar uma pausa nas escolas e investir em outras áreas consideradas mais emergenciais", disse a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz. "Mas a educação também é emergencial." Um estudo pré-pandemia citado no anuário mostra que 10 milhões de alunos estavam em escolas com algum problema sério de falta de estrutura, que vai da inexistência de água potável à falta de internet. Outras previsões nacionais e internacionais falam de impacto de décadas para que as crianças brasileiras recuperem a aprendizagem de antes da pandemia. E ainda perdas de mais de US\$ 1 trilhão em produtividade para o País por causa do déficit educacional.

Durante a pandemia, os Estados e municípios deixaram de gastar com transporte escolar e merenda e reduziram também despesas de água e luz das escolas nesse período com a covid-19. Mas, segundo Priscila, deveriam ter investido em reformas, até para melhorar a ventilação dos estabelecimentos para evitar a transmissão da doença com a volta. "As redes que fizeram isso vão ter mais facilidade para atrair os estudante de volta, ampliar o ensino integral, que vai ser necessário para recuperar aprendizagem", diz.

Ontem, começou o segundo semestre letivo no País com, pela primeira vez desde o início da pandemia, maioria das redes de ensino com aulas presenciais (Mais informações nesta página).

MEC. Mesmo com a queda nas despesas, Estados e municípios foram os protagonistas no investimento na educação durante a pandemia. O MEC não articulou programas, orientou ou destinou verbas para ajudar as redes de ensino nesse período, uma crítica constante de governadores, prefeitos, parlamentares e educadores. O anuário também mostra que o MEC teve a menor dotação orçamentária em valores reais desde 2012.

Muitos Estados e municípios investiram em plataformas de estudo online e em compra de chips para estudantes se conectarem.

O Estado que mais reduziu suas despesas foi Goiás, com queda de 38,1%, segundo o estudo, que usou dados do Tesouro Nacional. O governo goiano afirmou que o pagamento de inativos e a folha salarial de 2018 foram indevidamente incluídos em 2019, o que fez as despesas de 2020 parecerem mais baixas.

São Paulo aparece com queda de 5,8%, mas o Estado informou que o estudo levou em conta verbas das universidades e do Centro Paula Souza também. Nas escolas estaduais, segundo a secretaria estadual da Educação, o aumento foi de 69%.

Por causa da pandemia, Estados e municípios tiveram queda de arrecadação de **impostos** em 2020. Mas, por outro lado, também houve aumento de verbas federais, mas sem obrigatoriedade de serem usadas em educação.

Capitais

Entre as capitais, segundo o estudo, que usou dados do Tesouro Nacional, Rio Branco teve o maior índice, com 13,5%.

A capital paulista aumentou suas despesas em 0,8%.

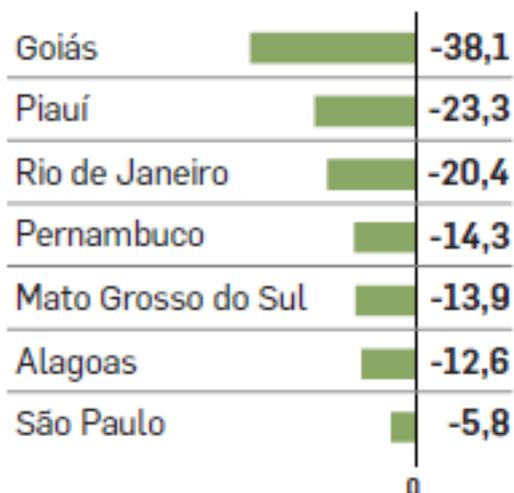
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MENOS DINHEIRO PARA AS ESCOLAS

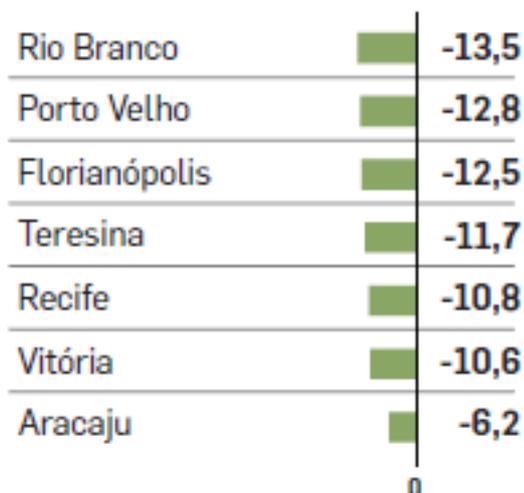
● Redução das despesas em educação de alguns Estados e capitais; queda se deu entre 2019 e 2020

EM PORCENTAGEM

Nos Estados



Nas Capitais



FONTE: Todos PELA EDUCAÇÃO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Petrobras deve registrar 2^o tri mais forte

André Ramalho Do Rio

A Petrobras deve reportar melhoras nos principais indicadores financeiros da companhia nos resultados do segundo trimestre, a serem divulgados amanhã depois do fechamento do mercado. A expectativa entre analistas de bancos é que o primeiro balanço trimestral da empresa sob a gestão de Joaquim Silva e Luna seja alavancado, sobretudo, pela valorização do petróleo.

De acordo com a média das cinco projeções de analistas consultados pelo Valor, a petroleira deve contabilizar receitas líquidas de R\$ 103,2 bilhões no segundo trimestre, o dobro dos números registrados entre abril e junho de 2020, período impactado negativamente pelo choque de preços do petróleo. Em relação ao primeiro trimestre de 2021, a previsão é que as receitas subam 19,8%.

O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) é estimado, na média, em R\$ 53,4 bilhões. O montante equivale a aumento de 113% na comparação anual e de 9% ante o primeiro trimestre de 2021. A média das projeções é formada a partir das previsões da Ativa Investimentos, Credit Suisse, Goldman Sachs, Itaú BBA e Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo (Ineep).

O Credit Suisse disse que espera "fortes resultados" no segundo trimestre devido aos preços mais altos do petróleo e ao ligeiro aumento da produção em relação aos três primeiros meses do ano. Entre abril e junho, o barril do tipo Brent foi negociado, na média, a US\$ 69, ante os patamares de US\$ 29 no segundo trimestre de 2020 e de US\$ 61 nos três primeiros meses deste ano.

Já em relação aos dados operacionais, a Petrobras fechou o segundo trimestre com uma produção média de 2,796 milhões de barris diários equivalentes de petróleo (BOE/dia), crescimento de 1,1% frente ao primeiro trimestre de 2021, mas recuo de 0,2% na comparação anual. Ainda segundo o Credit, a apreciação do real também deve ter efeito positivo sobre os resultados do segundo trimestre.

As projeções de lucro líquido variam de R\$ 5,68 bilhões (Ativa) a R\$ 33,6 bilhões (Itaú BBA). O resultado efetivo depende muito dos efeitos não recorrentes apurados, o que torna a projeção dos lucros uma tarefa difícil para analistas.

A Planner cita o impacto positivo esperado do crédito fiscal adicional de R\$ 4,4 bilhões a ser contabilizado no balanço do segundo trimestre, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins é o destacado na nota fiscal. A expectativa é que o resultado do segundo trimestre também seja positivamente impactado pela venda dos 10% na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), por R\$ 1,5 bilhão.

O Ineep vê, ainda, potencial de crescimento das receitas devido à recuperação das vendas de derivados. No segundo trimestre, a companhia registrou uma alta de 5,5% na comercialização ante o primeiro trimestre e de 17,5% na comparação anual.

O analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, vê boas perspectivas de resultados, tanto na área de exploração e produção, quanto no refino e no setor de gás e energia - beneficiado pelo maior despacho termelétrico durante a crise hídrica. "A questão é saber o poder de monetização dos volumes [de vendas no refino], que foram bons. É um ponto a ficar de olho", disse o analista, em referência à defasagem estimada pelo mercado em relação aos preços da petroleira frente à paridade de importação, sobretudo na gasolina.

Segundo o Goldman Sachs, o foco no mercado, na análise do balanço do segundo trimestre, estará provavelmente nos comentários da gestão sobre temas como a política de preços de combustíveis e prazos para um possível aumento no pagamento de dividendos. "O risco da política de preços de combustíveis persiste, embora reconheçamos que diminuiu", cita o banco, em relatório assinado por Bruno Amorim e João Frizo.

A expectativa é que o resultado do segundo trimestre traga avanços na redução da dívida. A Petrobras tem como meta cortar o seu endividamento bruto para US\$ 60 bilhões em 2022 e, assim, destravar a nova fórmula de dividendos - que, na prática, deve aumentar os valores pagos aos acionistas.

O Goldman Sachs vê a Petrobras nos "estágios finais" de sua reestruturação financeira. Já o Credit estima que a meta de redução da dívida pode ser alcançada no terceiro trimestre. O potencial alto retorno aos acionistas, nesse caso, é acompanhado de "riscos significativos", especialmente em relação aos preços dos combustíveis, diante da valorização do petróleo e da proximidade das eleições.

Estimativas de lucro previstas pelos bancos para segundo trimestre variam de R\$ 5,6 bilhões a R\$ 33,6 bilhões

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969?page=1§ion=1

Precatórios para o novo Bolsa Família



Rosana HesselVera Batista

Em uma reunião fora da agenda para tratar do novo Bolsa Família, os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira; da Economia, Paulo Guedes; da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e da Cidadania, João Roma, discutiram hoje (02/08) com os presidentes da Câmara e do Senado Federal, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), para o parcelamento de precatórios - dívidas judiciais da União - e, de quebra, financiar o novo programa social do governo.

De acordo com nota divulgada pela Casa Civil, a PEC que altera mudanças nas regras de parcelamento dos precatórios, ampliando a possibilidade de parcelamento já prevista na Constituição Federal, "será apresentada nos próximos dias".

O documento informou que a "ideia é fazer uma separação dos "superprecatórios" das dívidas de menor valor, e permitir, assim, que o governo parcele dívidas judiciais acima de R\$ 66 milhões. A medida visa reequilibrar as contas em virtude do montante de precatórios previstos, via decisão judicial, para o exercício de 2022". Segundo uma fonte do governo, no momento, esse é "o maior problema a ser equacionado, porque é muito complexo".

Criação de fundo

Está incluída na PEC a previsão de um fundo, constituído a partir de recursos provenientes de alienações de ativos, venda de estatais, dividendos, entre outras fontes de receita. Com ele, poderá ser feito o pagamento antecipado dos precatórios parcelados, além de eventuais parcelas extras de programas sociais, como o novo Bolsa Família, que deverá ser criado por meio de Medida Provisória.

Fontes que participaram do encontro reforçaram que o discurso do ministro Paulo Guedes, ao defender a proposta, foi de respeitar o limite do teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** do ano anterior. Contudo, não há uma informação clara se as despesas que serão custeadas pelo fundo ficarão dentro do limite do teto, pois, se ficarem fora, será uma tentativa de contabilidade criativa do chefe da equipe econômica.

"Importante ressaltar que a mudança não permitirá nenhuma exceção de despesas permanentes e recorrentes ao teto de gastos", informou a nota da Casa Civil. Em relação ao novo programa social, a pasta apenas citou que "a meta é dar aos brasileiros oportunidade de sair de situações de vulnerabilidade e inseri-los no sistema produtivo do Brasil".

O novo Bolsa Família ainda não está totalmente delineado no Ministério da Economia, pois um valor acima de R\$ 300 deverá consumir integralmente a folga estimada pela pasta, de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões, no teto de gastos de 2020. Além disso, o reforço do novo Bolsa Família implica a aprovação da proposta que adia o pagamento de precatórios. O assunto é delicado e pode provocar mais judicialização e insegurança jurídica se o parcelamento não for muito bem estruturado.

O encontro dos ministros com Pacheco e Lira durou uma hora. De acordo com fontes próximas aos ministros, não foram tratados valores e, muito menos, o novo nome do programa. No ano passado, o governo chegou a discutir o Renda Brasil. Mas a proposta elaborada pela equipe de Paulo Guedes foi descartada pelo presidente Jair Bolsonaro, porque previa a extinção do abono salarial.

"Jaboticaba"

O plano de prorrogar os precatórios para abrir espaço ao Bolsa Família enfrenta resistências. Apesar de o ministro Paulo Guedes afirmar o contrário, analistas dizem que se trata de "calote" e que o governo se beneficia de uma "jaboticaba", existente apenas no Brasil.

O economista Gil Castello Branco, especialista em contas públicas e secretário-geral da Associação Contas Abertas, calcula que a fatura para 2022 é de R\$ 33,5 bilhões a mais que em 2021. O valor total das dívidas decorrentes de decisões judiciais (de pessoas

físicas e jurídicas), no total, é de R\$ 89 bilhões. Mas há previsão de desembolso para essa rubrica de R\$ 55,5 bilhões, em 2021. Castello Branco destaca que essa obrigação de pagar do Executivo federal cresce ano a ano. Em 2010, estavam orçados R\$ 15,3 bilhões para este fim. Em 2015, foram R\$ 26,2 bilhões. Em 2020, saltou para R\$ 53,4 bilhões. E, em 2021, R\$ 55,5 bilhões.

"São consequências de intervenções da União em diversos setores, sem fundamentação legal, o que gera contestações na Justiça e, via de regra, condenações em valores vultosos. O crescimento expressivo dos precatórios é preocupante, pois são despesas obrigatórias que comprimem, cada vez mais, as discricionárias, que já estão no menor patamar da história", explica Castello Branco. O que não justifica o discurso de Guedes, embora o ministro tenha garantido que os pequenos precatórios não serão afetados, que pretende quitar imediatamente os de valores até R\$ 60 mil e que o montante (os R\$ 33,5 bilhões) é fundamental para manter com valores maiores o novo Programa Bolsa Família.

No entanto, com a **inflação** persistente, o espaço fiscal que o governo contava, de mais de R\$ 40 bilhões, no ano que vem, está minguando. "Agora, já se fala em R\$ 20 bilhões. Ou seja, sequer vai dar para bancar o aumento no valor mensal do Bolsa Família, de R\$ 193 para R\$ 300, porque, sem considerar a expansão da base, apenas com o reajuste, o programa, que custava anualmente R\$ 34 bilhões, vai passar para R\$ 53 bilhões. O governo está em uma sinuca de bico. Vai ser difícil conseguir espaço", afirma Castello Branco (Colaborou Fernanda Fernandes).

Especialistas criticam procedimento

O plano do governo de parcelar o pagamento de precatórios é alvo de duras críticas entre advogados especialistas. "O Brasil é o único lugar do mundo que tem isso (precatório). Em qualquer outro país, quando o governo deve, paga imediatamente. Aqui, se criou uma ordem de pagamento com carência. A coisa é tão absurda, que temos leilão de precatórios e com mais de 40% de desconto", aponta Jacques Veloso, do escritório Veloso de Melo Advogados. Problema maior é que os possíveis credores não terão a quem recorrer caso recebam o calote. "O Supremo Tribunal Federal (STF) já relativizou a regra e condicionou o pagamento à disponibilidade orçamentária. Se não tem dinheiro em caixa, não adianta recorrer ao Judiciário", reforçou Veloso.

O prejuízo não será apenas para pessoas físicas e jurídicas, mas afeta o mercado financeiro e abala a imagem do país no exterior. "Existem fundos lastreados em precatórios e os investidores estão

atentos, porque se o país não paga os credores internos, que muitas vezes ganharam ações na Justiça após décadas, não se sabe o que acontecerá com os externos. O Artigo 100 da Constituição é claro: o governo tem obrigação de pagar", afirma Veloso. O advogado Washington Barbosa, diretor acadêmico do Instituto Dia, entende que essas ações chamadas alimentares, normalmente trabalhistas, são importantes.

"Mas o interesse individual não pode superar o interesse coletivo", assinala Barbosa. Ele lembra que, antes da Constituição de 1988, aqueles que ganhavam os processos de precatórios tinham o direito de bloquear o dinheiro do ente federativo (União, Estados ou municípios). "Acontecia que, pela falta de recursos disponíveis, os servidores ficam sem salários. Ou seja, o que a Constituição tentou equilibrar foi a reserva do possível. Não se pode pagar sem ter e não se pode ficar sem dinheiro para o SUS, por exemplo", reitera Barbosa. (VB)

A importância da mineração na economia brasileira (2)

Tasso Mendonça

A atividade de extração de minérios está presente no Brasil desde a sua colonização, ela equilibra os índices de crescimento nacionais, levando o investimento e o desenvolvimento nos mais distantes rincões do país. O recorde de superávit na balança comercial brasileira é resultado da mineração. A alta dos preços dos minérios e os sucessivos recordes de produção nos últimos dois anos contribuíram para o aumento do valor das exportações.

O trabalho da mineração atrai muitos investidores e tem bom retorno financeiro. Esse potencial do setor já era visível desde o período do Brasil colonial. Os olhos de mercados estrangeiros sempre brilharam pelos solos brasileiros desde o século 17, quando várias expedições exploratórias vieram ao nosso território, interiorizando nossa população.

Além disso, a área movimenta outros serviços essenciais. A mineração é responsável por quase 5% do **PIB** nacional e oferece produtos para variados tipos de indústria como siderúrgicas, fertilizantes, petroquímicas e metalúrgicas, além de insumos diretamente ao agronegócio.

Além de atrair investimentos nacionais e estrangeiros, a mineração contribui para a geração de empregos diretos e indiretos, incluindo os setores abastecidos por ela. É justamente essa relação indireta com outras indústrias que torna a extração de minérios uma das principais fontes de geração de empregos. Desse modo a mineração é uma atividade estratégica para o Brasil, equiparada a outras também importantes como alimentação e energia.

O setor é responsável por um legado de desenvolvimento social e tecnológico, além da contribuição para arrecadação tributária e empregos. Como resultado, o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - das cidades mineradoras é, em média, mais elevado do que o de seus respectivos estados, mesmo quando estão localizadas longe de outros centros urbanos.

Em relação à geração de empregos, de acordo com dados do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o setor extrati-vo mineral foi responsável por 180.385 empregos diretos em

setembro de 2020. O setor ainda gera um efeito multiplicador de 3,6 postos de trabalho sobre esta base, o que leva a 649 mil empregos na cadeia produtiva ao incluirmos atividades à jusante como metalurgia, fertilizantes e cerâmicos. Quando considerados empregos diretos, indiretos e induzidos.

Mesmo assim, não é de hoje que a mineração enfrenta embates para sua manutenção. Dentre os principais problemas estão financiamento de projetos no Brasil, principalmente para as pequenas e médias mineradoras, segurança jurídica (meio ambiente mais regulação) e inovação tecnológica. Os projetos de mineração, muitas vezes por falta de segurança jurídica, incertezas no licenciamento, além da credibilidade em certificação e "compliance", não conseguem financiamento ou investimentos.

A atratividade do Brasil para investimentos em mineração recuou sucessivamente até 2018, ficando na 658 posição, logo atrás da Colômbia, entre 91 países.

Já a boa notícia é que os investimentos no setor de mineração no Brasil devem voltar a subir depois de três ciclos quinquenais em queda na sua média, indica levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). No período de 2021-2025, o aporte de mineradoras no país deve ser de, pelo menos, US\$ 38,5 bilhões, valor esse que ainda pode aumentar, uma vez que, nesse estudo, não está considerado o investimento por parte de várias mineradoras estrangeiras que não foram contabilizadas nessas estimativas.

Hoje, a atividade mineradora lidera investimentos e puxa outros setores, turbinada pelo câmbio favorável e pela alta da demanda por commodities nos países que se recuperam do baque da COVID-19, sobretudo a China. A mineração, acompanhada do agronegócio, aumenta seu peso no Produto Interno Bruto (**PIB**). As evidências aparecem na forte alta das exportações, no pagamento de **impostos**, nos balanços financeiros das companhias do setor e na atração de investimentos.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

BC vai acelerar ritmo de elevação dos juros, afirmam analistas

Douglas Gavras

A grande aposta dos analistas é que a próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, que ocorre nesta terça e quarta-feira (3 e 4), determine um aumento de 1 ponto percentual na Selic. Sendo assim, a taxa básica de juros subiria para 5,25% ao ano. Os analistas também estimam que outro aumento nesse ritmo tende a ocorrer na reunião seguinte.

A Selic tem sido pressionada pela alta da **inflação**, e o diagnóstico é que não resta ao Banco Central outra alternativa além de subir os juros -por mais que esse movimento impacte na recuperação econômica após a crise provocada pela pandemia de Covid-19.

O ano começou com uma Selic em 2%. No entanto, a taxa está em alta desde março. Segundo a maior parte dos analistas e dos agentes de mercado ouvidos pelo último boletim Focus, a taxa básica deve terminar 2021 em 7% ao ano.

Para o fim de 2022, a estimativa do Focus é de que a taxa básica mantenha esse mesmo patamar. E tanto para 2023 quanto para 2024, a previsão é 6,5% ao ano.

A estimativa para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor - Amplo), considerado a **inflação** oficial do país, também sofreu revisões para cima. Passou de 6,56% para 6,79% no Focus -bem acima do teto da meta, de 5,25%.

Luís Eduardo Assis, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, lembra que a **inflação** vem de uma combinação rara de choque de preços de commodities e desvalorização cambial. Como a economia estava parada nos primeiros meses da pandemia e começou a andar de repente, a retomada veio com uma pressão de repasses de preços, diz.

"Mas ter de subir juros com quase 15 milhões de desempregados é uma situação diferente de tudo que este país já viveu. Temos, no entanto, um governo acuado e sem credibilidade, com a política econômica largada à própria sorte e só resta ao BC ter de subir juros", afirma.

Ele acrescenta que juros altos significam

desaceleração da economia. E se a pandemia foi impactante no ano passado, a tendência é de uma perda de fôlego na recuperação, com os juros mais elevados.

Segundo Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), nada vem de graça e a alta de preços atual é também o resultado de uma recuperação maior do que se imaginava no começo do ano.

Agora, também pressionam os preços a alta de combustíveis, os aumentos nas tarifas de energia elétrica, efeito do uso de térmicas por causa da crise hídrica que reduz a produção em hidrelétricas, bem como as altas nos preços de alimentos, também, em alguma medida, efeito de alterações climáticas.

Matos lembra que, para o ano que vem, causa preocupação que a pressão sobre os preços se mantenha. Há uma percepção de que a **inflação** está mais generalizada e ainda não se tem uma estimativa de quanto tempo isso vai durar.

Para 2022, a estimativa de **inflação** do Focus é de 3,81%, acima do centro da meta para o ano, de 3,50%.

Já o UBS BB aumentou suas previsões para a taxa básica de juros no fim do ano e agora vê a Selic em 8% ao ano. A instituição também espera que o BC acelere o ritmo de altas dos juros para 100 pontos-base na próxima quarta.

Com isso, os juros terminam este ano já acima do nível neutro, considerado em torno de 6,5%.

Para Camilla Dolle, analista de renda fixa da XP, o BC foi se ajustando a cada cenário de **inflação** ao longo do ano. "A **inflação** mostrou maior resiliência do que se imaginava no começo do ano. Ainda há um alto grau de incertezas na economia, e ao longo das reuniões, o BC precisou se adaptar."

Ela ressalta que, além de acompanhar a decisão do Copom, também será crucial ver o tom do **comunicado** do BC, para entender o que esperar para os próximos meses.

"Na nossa visão, alguns dos efeitos de incerteza parecem ser temporários e os principais bancos centrais do mundo têm tido uma política expansionista, com baixas taxas de juros. Mesmo com a alta de juros, a gente reviu o crescimento do **PIB** [Produto Interno Bruto] para 5,5% em 2021."

A Necton também estima duas altas seguidas de juros de 1 ponto percentual e uma Selic em 7% ao ano no fim de 2021.

O Banco Original é outra instituição que espera que o comportamento das projeções confirme o entendimento de que o BC deve decidir elevar a Selic em 1 ponto percentual, para 5,25%.

Esse movimento, avalia o banco, aumenta a chance de o Brasil entrar em patamares restritivos de juro real.

Dada a aceleração da **inflação** de serviços no IPCA-15 de julho e o aumento das expectativas para a **inflação** para 2022, a Genial Investimentos também espera que o Copom aumente a Selic em 1 ponto percentual e antecipe um novo aumento de mesma magnitude na próxima reunião.

Balança tem superávit de US\$ 7,4 bi em julho, abaixo do esperado

A expectativa era de um superávit de US\$ 8,694 bilhões segundo pesquisa da Reuters com economistas. O resultado ficou abaixo do superávit de US\$ 76 bilhões do mesmo mês do ano passado, valor recorde para o período da série histórica iniciada em 1989. Em julho deste ano, as exportações somaram US\$ 25,5 bilhões, alta de 37,5%, pela média diária, ante a igual período de 2020. Já as importações subiram 60,5% na mesma base de comparação, a US\$ 18,1 bilhões. As compras foram puxadas principalmente pelo aumento de 163,2%, sempre pela média diária, verificado em produtos da indústria extrativa. Segundo o Ministério da Economia, houve forte elevação nas importações de óleos brutos de petróleo (+149%) e de gás natural (+254%). Já a alta nas exportações também foi puxada pelo crescimento de 62,7% nos embarques de produtos da indústria extrativa, com altas de 37,7% na Indústria de Transformação e 11,2% na Agropecuária. No acumulado de janeiro a julho, a balança comercial registra superávit de US\$ 44,1 bilhões, ante saldo positivo de US\$ 29,9 bilhões em igual etapa de 2020

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

20

Juros em alta

Meta Selic

Em %



Fonte: Bloomberg

O assombroso caso do fundo eleitoral (2)

Felipe Salto

Odescuido com o processo orçamentário revela desprezo pelas instituições democráticas. O dinheiro público deve ser alocado a partir de critérios claros, a exemplo dos princípios da impessoalidade e da transparência.

Só assim se pode garantir o financiamento de políticas públicas que melhorem a vida de todos, sobretudo dos que mais dependem do Estado.

A recente lambança com o fundo eleitoral é a parte mais aparente do problema. O Orçamento público está sob ataque e é preciso reagir.

A deterioração do processo orçamentário brasileiro tem sido potencializada nos últimos anos. O caso das emendas não identificadas, que já existia, ganhou novas dimensões na presença das chamadas emendas de relator-geral.

Para 2021 as despesas da Previdência foram subestimadas em cerca de R\$ 15 bilhões a fim de abrirem espaço para novos gastos. O mesmo risco está presente na elaboração do Orçamento de 2022. A diferença é que haverá certa folga no teto de gastos a alimentar a sanha por despesas não planejadas.

Ano a ano, para fugir das regras fiscais se inova na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Esta lei deveria servir para preparar a elaboração do Orçamento propriamente dito, isto é, a Lei Orçamentária Anual (LOA). Na prática, a LDO agigantou-se, abrigando mudanças de regras do jogo que não deveriam ser discutidas ali. É o caso do fundo eleitoral.

Criado em 2017, buscou-se suprir a proibição do financiamento empresarial de campanhas. Não custa lembrar, entretanto, que já existe o fundo partidário.

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), ou simplesmente fundo eleitoral, foi acoplado à Lei 9.504, de 1997, por modificação aprovada em 2017. A nova regra estabeleceu que a dotação mínima do FEFC deveria equivaler "ao definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a cada eleição, com base nos parâmetros definidos em lei". Além disso, esse valor mínimo teria de equivaler a 30% das "programações decorrentes de emendas de bancada estadual de execução obrigatória e de despesas necessárias ao

custeio de campanhas eleitorais".

Essa regra para a composição da dotação orçamentária do fundo foi parcialmente alterada em 2019. Ficou assim: o valor mínimo corresponderá "ao percentual do montante total dos recursos da reserva específica a programações decorrentes de emendas de bancada estadual impositiva, que será encaminhado no projeto de lei orçamentária anual". Aquela regra de definição pelo TSE foi mantida.

Em 2018 (eleições gerais), os gastos do fundo eleitoral ficaram em R\$ 1,7 bilhão e, em 2020 (eleições municipais), totalizaram R\$ 2 bilhões. Para 2022 a nova regra contida na LDO elevou o valor previsto para R\$ 5,7 bilhões. Operou-se em meio à nebulosidade dos dispositivos descritos para promover um gasto injustificável em plena crise pandêmica.

A saber, a regra proposta pelo Congresso na LDO, aprovada antes do início do recesso parlamentar, determinou que o fundo fosse composto pela soma de 25% das dotações da Justiça Eleitoral, em 2021 e 2022, e do valor do TSE. Isso contraria, diretamente, a Lei Eleitoral, que não manda somar valores, mas determina patamares mínimos. O resultado dessa salada é uma estimativa de R\$ 5,7 bilhões. Vale notar que tal montante não está fixado na LDO. Esta apenas manda que o projeto da LOA siga as novas regras, redundando na projeção acima.

Se a **inflação** de 2021 ficar, por hipótese, em 7%, o valor do fundo de 2020 corrigido por essa variação resultaria em R\$ 2,14 bilhões. Essa conta mostra o disparate da proposta contida na LDO. O valor estimado corresponderia a 2,7 vezes o gasto corrigido pela **inflação** de 2020. O que mudou, desde o ano passado - ou mesmo desde 2018 -, para o fundo engordar dessa maneira?

Nada.

A LDO, espécie de preparação para o Orçamento propriamente dito, revelou que o desejo por gastos em ano eleitoral será capaz de tudo; da parte do Legislativo e do Executivo.

A mudança da regra para aportes ao fundo eleitoral é apenas o problema mais visível.

Faz falta o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nos Estados Unidos, a política orçamentária está a cargo do Office of Management and Budget

(Escritório de Administração e Orçamento), ligado diretamente à Casa Branca. Para ter claro, o Brasil mantém uma burocracia impecável na Secretaria de Orçamento Federal (SOF), hoje sob o guarda-chuva do Ministério da Economia.

No ano que vem, a depender da **inflação** de 2021, haverá alguma folga no teto de gastos.

É verdade que as despesas estão abaixo do observado em 2018, em termos reais, e que a dívida pública, com a ajuda nefasta da **inflação**, diminuiu em relação a dezembro de 2020. Essas duas questões criaram, no imaginário político, espécie de licença para gastar. Ilusão. É preciso avançar na direção de uma reforma fiscal ampla.

Em relação à nova regra do fundo eleitoral, o caminho é o veto presidencial. A proposta do Orçamento viria com o valor definido pelo TSE e ponto.

A questão é eminentemente política, não técnica.

Orçamento público está sob ataque, é preciso reagir. O caminho é o veto presidencial

DIRETOR EXECUTIVO DA IFI.

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Falta um pacote de governo (3)

Enquanto repete a ameaça golpista às eleições, o presidente Jair Bolsonaro, por via das dúvidas, tenta montar um pacote eleitoral de bondades. Em busca de votos, o governo estuda um aumento do Bolsa Família, isenção mais alta para o Imposto de Renda (IR), redução da alíquota para empresas e outras medidas de alcance variado.

São, na maior parte, ações de improviso, concebidas para um objetivo pessoal, a busca da reeleição em 2022. Não servem sequer como esboço de um cenário prospectivo nem chegam a compor um compromisso de longo alcance.

Completados mais de dois anos e meio de mandato, Bolsonaro e seus auxiliares, incluído o ministro da Economia, Paulo Guedes, continuam devendo o pacote mais importante, o de governo, com a proposta de um rumo para o País.

Nem sequer o pacotinho eleitoral é bem fechado.

As bondades, se concretizadas, envolverão novos gastos e redução de receitas. Falta explicar, entre outros pontos, como as mudanças serão acomodadas nas contas públicas.

Não se trata apenas de saber como certos limites serão respeitados. A **inflação** muito alta abrirá espaço no Orçamento do próximo ano.

Alguma solução será encontrada para o problema do teto de gastos, talvez com a abertura de alguma exceção. As questões mais importantes são outras. Falta explicar de onde sairá dinheiro para cobrir as novas despesas e, se for o caso, para compensar a perda de receitas.

No caso de gastos permanentes, como o Bolsa Família, é preciso pensar em fontes permanentes de arrecadação. Também é recomendável identificar compensações permanentes para renúncias fiscais duradouras.

Não tem sentido contar com receitas de privatização e, além disso, vender estatais, assim como criar estatais deve ser parte de um plano. Vender por vender, só para simplificar a gestão? Decisões tão importantes deveriam sempre estar vinculadas a um plano de governo - mais precisamente, a um plano de modernização e de crescimento, algo jamais apresentado pelo atual presidente ou pela equipe econômica.

Contar simplesmente com o crescimento da arrecadação, como se fosse algo assegurado, é sinal de irresponsabilidade. Se crescer 5,5% neste ano, a economia ficará pouco acima do nível de 2019, um ano muito ruim. Além disso, nada aponta aceleração nos próximos anos. No mercado, a mediana das projeções indica expansão de 2,10% em 2022 e de 2,50% nos anos seguintes. É impossível prever números melhores quando faltam investimentos em máquinas, equipamentos, infraestrutura, obras particulares, formação de capital humano e tecnologia.

Que formação de capital humano pode haver sob um governo inimigo da educação, da cultura e da ciência? (Ver abaixo o editorial Desprezo pelas instituições.) Mas o pacotinho inclui um arremedo de programa de emprego e de qualificação para jovens, com pagamento parcial de custos pelo governo.

Na prática, é mais uma tentativa de apenas baratear a mão de obra, como se isso pudesse substituir uma política séria de crescimento e de criação de empregos.

Não se pode acreditar num jogo desse tipo, especialmente quando o governo tenta arrebatar dinheiro do Sistema S - respeitado pela formação de mão de obra de alta qualidade - para finalidades nada claras. Líderes empresariais têm resistido a essa investida, já condenada por um conhecido especialista em política de mão de obra, o professor José Pastore, da Universidade de São Paulo. "O governo quer o dinheiro, não a expertise" do Sistema, escreveu ele em artigo recente no Estado.

Parte do pacotinho contém a promessa de regularização tributária. Ao elevar para a pessoa física a faixa de isenção do IR, o governo apenas atenua um velho problema, a falta de correção com base na evolução dos preços. Com a constante desatualização das faixas, o contribuinte tem sido, há muito tempo, supertributado.

Enquanto estuda essas bondades, o governo prepara o projeto de Orçamento de 2022, sob controle mais aberto do Centrão, instalado oficialmente no Palácio do Planalto. Pelo menos o Centrão tem um plano claro e bem conhecido: ganhar com qualquer governo, enquanto o governo durar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo quer priorizar precatório de até R\$ 66 mil e parcelar restante em 10 anos



Solução. O ministro Paulo Guedes fala em usar um 'míssil' contra 'meteoro' dos precatórios

Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Na proposta para mudar o pagamento dos precatórios (valores devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva na Justiça), o governo quer alterar a regra para honrar de imediato apenas os pagamentos de até R\$ 66 mil, que representam mais de 80% das sentenças devidas pela União, segundo apurou o 'Estadão' com fontes que participam das negociações. Segundo uma fonte da área econômica, esses credores continuarão recebendo o dinheiro "na bucha".

Essas mudanças deverão ser incluídas em Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em elaboração pelo governo para conseguir o apoio no Congresso.

A proposta nem saiu do Executivo e já enfrenta resistência entre parlamentares e no mercado financeiro.

Para precatórios acima daquele valor, haverá um regime especial de parcelamento em dez anos, mas a duração é distinta: entre R\$ 66 mil (dez salários mínimos) e R\$ 66 milhões, a regra será transitória e valerá até 2029; para os débitos superiores a R\$ 66 milhões (o equivalente a mil vezes o salário mínimo), a regra de pagamento em prestações será permanente.

A regra transitória será acionada sempre que o valor global orçado para precatórios ultrapassar uma proporção da receita corrente líquida, que ainda está sendo definida e pode ficar em 5%. Para isso, serão parcelados os precatórios do maior ao menor valor,

até que o gasto esteja enquadrado no limite.

A ideia do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, era encaminhar o texto ontem ao Congresso, com a narrativa de que a aprovação do texto seria fundamental para garantir um aumento do programa Bolsa Família para valores acima de R\$ 300 e até próximo de R\$ 400. Mas a estratégia deu errado e o governo teve de recuar diante da repercussão negativa.

As propostas que mudam as regras do pagamento dos precatórios e de reformulação do Bolsa Família foram discutidas pelos ministros da Casa Civil, da Cidadania (João Roma), da Secretaria de Governo (Flávia Arruda) e pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Reação. No mercado, há críticas pelo fato de a medida mirar o "curto prazo" eleitoral, sem observar as consequências para boa parte dos credores desses precatórios. Uma fonte do mercado observa que o direito de receber as dívidas judiciais é muitas vezes vendido por empresas em situação delicada (e muitas vezes sem acesso a crédito) para fazer caixa. Ao parcelar os precatórios e tornar o recebimento desses valores mais incerto, o governo comprometeria o funcionamento desse mercado e, no limite, deixaria empresas sem acesso a recursos novos.

Segundo apurou a reportagem, cerca de R\$ 40 bilhões dos precatórios previstos para 2022 devem se enquadrar nas regras de parcelamento. Desse valor, 15% vão precisar ser pagos à vista, ou seja, ainda no ano que vem. O restante será parcelado - e, eventualmente, poderá ser antecipado com os recursos de fundo que o governo quer criar (leia abaixo).

Um valor de R\$ 89 bilhões para o pagamento dessas sentenças para 2022 foi repassado pelo Judiciário para a elaboração do Orçamento do ano vem, salto de R\$ 33 bilhões em relação aos R\$ 56 bilhões que o Ministério da Economia previa para as despesas com precatórios.

Na sexta, o Estadão mostrou que o "meteoro" que o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse querer acertar com um "míssil" era o pagamento dos

precatórios. A despesa fica sob o guarda-chuva do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**, e o governo já tem outras pretensões para o espaço disponível, como a reformulação do Bolsa Família.

Na defesa da PEC, Guedes tem dito que não se trata de confisco nem "pedalada", porque existe precedente para Estados e prefeitos, que podem parcelar o pagamento dos precatórios. O ministro e sua equipe se dizem confiantes de que o Congresso e o STF vão garantir a "executabilidade" do Orçamento em 2022 e nos próximos anos.

I Orçamento

R\$ 89 bilhões é quanto o governo deveria pagar em precatórios no ano que vem, conforme previsão do Judiciário enviada ao governo. A equipe econômica previa uma despesa de R\$ 56 milhões

80% das dívidas judiciais da União são de até R\$ 66 mil

-

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pagamentos podem vir de novo fundo fora do teto de gastos

O governo quer propor ao Congresso a criação de um fundo para quitar mais rapidamente os valores parcelados de precatórios, como são chamados os recursos devidos pelo poder público após sentença definitiva na Justiça. A despesa com o pagamento antecipado de parcelas usaria recursos desse fundo e ficaria fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

A ideia é que o fundo seja formado por ativos da União, como empresas estatais que serão privatizadas, participações em empresas, recebíveis e imóveis.

Esses ativos poderão ser usados para o pagamento antecipado de precatórios parcelados.

O parcelamento dessas dívidas judiciais foi proposto pelo governo como uma saída diante do crescimento dessa despesa previsto para 2022. Na elaboração da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem, os precatórios estão estimados em R\$ 89 bilhões, bem mais que os R\$ 56 bilhões previstos para 2021, o que é considerado um "excesso" pela equipe econômica. Os valores são informados pelo Judiciário e vêm de ações em que a União foi derrotada.

Uma fonte do governo explicou ao Estadão que a previsão de recursos no Orçamento para o pagamento dos precatórios ficará dentro do teto de gastos, o que inclui as prestações previstas para cada ano. No entanto, sempre que houver uma antecipação de parcela usando o fundo, o valor não será contabilizado no limite de despesas no ano de sua quitação.

O entendimento é que não se trataria de uma despesa corrente, porque o credor do precatório vai ficar com um ativo do governo.

Além disso, há a avaliação de que manter esses gastos antecipados poderia inibir a ação do governo de tentar acelerar as privatizações e alienações de imóveis com o objetivo de quitar a dívida.

"Só fica fora do teto o que for usado para a liquidação do fundo", explicou uma fonte da área econômica. Segundo essa fonte, trata-se de um ajuste patrimonial, como no caso de um precatório pago com "um pedaço" de uma estatal privatizada.

Segundo técnico ouvido pela reportagem, não haveria desconto no valor da dívida pela antecipação, apenas o benefício de acelerar o pagamento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conveniência política não deveria ditar regra para Estado pagar dívidas (3)

O governo foi beneficiado pela alta da **inflação** na confecção do Orçamento do ano que vem. O teto de gastos é corrigido pelo índice dos 12 meses encerrados em julho (que deverá ficar acima de 8,5%), enquanto a maioria das despesas é reajustada pela **inflação** até dezembro (projetada em 6,4%). A diferença abriria uma folga para despesas estimada em R\$ 30 bilhões, suficiente, nas contas do Ministério da Economia, para engordar o Bolsa Família criando um programa que pague R\$ 300 a 17 milhões de beneficiários - crucial nos planos eleitorais do presidente Jair Bolsonaro.

Abriria porque surgiram surpresas ingratas. Não se trata das emendas do relator, que garantem aos aliados do Centrão autonomia para gastar até R\$ 18,5 bilhões em projetos paroquiais sem a menor transparência (essas já estavam na conta). A novidade é a ampliação de 62% na previsão de gastos com dívidas judiciais, de R\$ 57 bilhões para R\$ 89 bilhões, consumindo toda a folga aberta pela **inflação**.

Ganhou prioridade, para o Executivo, a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permita parcelar essas dívidas em até nove prestações anuais, aliviando em R\$ 40 bilhões os gastos no Orçamento de 2022 - o suficiente para criar um programa social eleitoral ainda mais generoso que o inicialmente previsto nos planos do Ministério da Economia. Na metáfora usada pelo ministro Paulo Guedes, a PEC seria um "míssil" para destruir o "meteoro" representado pelas dívidas judiciais.

O Congresso tem autonomia para mudar regras de pagamento das dívidas do Estado, e é evidente que o impacto nas contas públicas e a necessidade de programas sociais devem ser levados em conta. Mas a circunstância política não deveria ser o critério. Qualquer um que já tenha derrotado o governo numa causa-depois de brigar anos na Justiça-sabe da dificuldade de receber o dinheiro. O que o Executivo pretende é dificultar ainda mais a vida dos credores legítimos do Estado.

Tal atitude contrasta com a visão otimista a respeito da arrecadação com que o governo tem justificado as isenções previstas na reforma do Imposto de Renda. A verdade é que, embora tenha crescido para 17% do **PIB**, a receita do governo ainda está distante dos patamares dos últimos anos. Mesmo descontando o

impacto dos gastos extraordinários com a pandemia, o economista Marcos Mendes ainda prevê para este ano um déficit fiscal em tomo de 1% do **PIB**, quase o triplo do que sustenta o otimismo do governo.

Mais garantido que qualquer reação da economia ao arrefecimento provável da pandemia, será o avanço do governo sobre qualquer folga orçamentária com objetivos eleitorais, seja financiar as demandas temperamentais do Centrão, seja criar o programa social mais abrangente possível para reconquistar votos perdidos no eleitorado mais pobre. Vistos de perto, porém, os números dão pouca margem para dúvida: se quiser fazer tudo o que planeja, o governo precisará de um arsenal nuclear; porque a realidade vem armando uma chuva de meteoros.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pedaladas populistas - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Há vários riscos na maneira como o governo se prepara para lidar com os precatórios. Se a ideia for postergar o pagamento dessas dívidas para abrir espaço para mais gastos é uma forma de pedalada. Por outro lado, os precatórios têm aumentado muito a cada ano e nem sempre é possível prever, segundo dizem os especialistas. O problema é que neste momento o Ministério da Economia está tentando encontrar no Orçamento espaço para o populismo do presidente Bolsonaro, mas está sendo atropelado pelo centrão, que quer impor valores cada vez mais altos para o Bolsa Família. E isso seria financiado com o não pagamento de dívida.

O fato é que há erros por todos os lados na questão dos precatórios. O governo tem razão em questionar um crescimento de R\$ 35 bilhões de despesas de um ano para o outro. Mas isso se deve a perdas que teve na Justiça, por falhas de sua própria defesa. O parcelamento pode criar um orçamento paralelo e, na prática, os credores desse dinheiro é que vão financiar os programas de governo. O STF, por sua vez, exigiu, de uma hora para outra, que o governo encontre espaço dentro do teto de gastos para um aumento de 64% nas dívidas bilionárias de precatórios. Isso irá tornar praticamente inviável a execução do orçamento de 2022.

Para se ter uma ideia, em 2014 foram R\$ 20 bilhões de precatórios, em 2016, R\$ 30 bilhões, este ano foram R\$ 54 bi e no ano que vem serão R\$ 89 bilhões. Com a regra do teto de gastos, quando essa despesa cresce, comprime as outras despesas e não há previsibilidade. Claro que o governo pode negociar melhor, mas nem sempre dá certo, como aconteceu com os estados na dívida do Fundef, uma velha ação judicial ainda da época do governo Fernando Henrique, que repassou menos do que devia para os estados.

- Há dois anos quando a gente já tinha perdido, alguns estados chamaram o governo federal para um acordo. Eles disseram que dariam um deságio de 15% na dívida, mas desde que o governo pagasse à vista. Não tinha dinheiro e iria estourar o teto. A gente propôs um desconto de 40% e agente pagaria à vista, mas eles não quiseram -explicou um ex-integrante do governo.

Na visão do economista-chefe da RPS Capital, Gabriel de Barros, especialista em contas públicas, há uma completa descoordenação dos órgãos que defendem o

governo no poder judiciário, já há vários governos: -A gente só sabe do tamanho do passivo fiscal quando as ações já estão nas instâncias superiores. Na segunda instância não há informação. Falta transparência, coordenação, deveriam ser mais inteligentes órgãos como a AGU, a PGR e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O governo perde todo ano. O que estamos vendo este ano é um problema que já víamos e que ficou mais salgado. É uma questão estrutural que decorre dessa incompetência nos órgãos de defesa do governo.

A conjuntura política toma tudo mais complicado, porque Bolsonaro quer fazer um novo Bolsa Família, quer dar aumento de salário aos servidores e quer investimentos em obras que ele possa inaugurar. Evidentemente por razões eleitoreiras. Aumentar o Bolsa Família faz sentido. O programa é bem avaliado e é considerado barato para a dimensão do apoio que dá às famílias mais pobres. A pandemia elevou a necessidade dessa rede de proteção social. O simples e correto era elevar o valor e incluir mais pessoas no mesmo programa. Quando a equipe econômica concordou em dar um valor maior, o centrão turbinado com o controle da Casa Civil passou a atropelar a equipe econômica. Para a área política do governo se o valor foi bem maior isso trará ganhos eleitorais para Bolsonaro.

Há outra dificuldade orçamentária, o governo tem feito cada vez mais propostas de gastos para o tal espaço fiscal que será criado pela diferença entre a **inflação** do meio do ano, que reajusta o valor do teto de gastos, e o índice no final do ano, que corrige as despesas obrigatórias. A **inflação** de junho foi 8,4%, e o governo calculava um índice bem mais baixo em dezembro. As previsões estão sendo revistas para cima. Ou seja, o espaço fiscal está se fechando.

Somando-se o populismo autoritário de Bolsonaro com a pressão gastadora do centrão e a falta de pulso do ministro da Economia, o que está sendo montado é uma grande pedalada. Espera-se agora dos políticos, do TCU e do Judiciário o mesmo rigor que tiveram em outras pedaladas.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Projeto de lei "futuro" vai converter dívida em âncora fiscal, indica Tesouro



Otávio Ladeira: conectar a âncora LDO e com a LOA para que a dívida não caminhe na direção do desequilíbrio

Lu Aiko Otta

O governo esperar aprovar uma segunda geração de arcabouço fiscal, no qual a dívida atuará como âncora, disse ontem o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira, no webinar "Projeções para a evolução da dívida pública pós pandemia", promovido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados.

O Executivo enviará ao Congresso, "futuramente", um projeto de lei complementar nesse sentido. Segundo Ladeira, a ideia é que seja estabelecida uma trajetória de médio e longo prazos para a dívida pública. As metas de resultado primário (receita menos despesas, exceto gastos com juro) serão definidas a cada ano, tendo em vista atingir o nível de endividamento previsto para aquele ano.

O projeto regulamentará o que se tornou agora o artigo 163 da Constituição, alterada pela Emenda Constitucional 109 (a chamada PEC Emergencial).

"Vamos conseguir conectar esta âncora de endividamento de médio e longo prazo com LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] e com a LOA [Lei Orçamentária Anual], de tal forma que a dívida não caminhe na direção do desequilíbrio", disse o subsecretário.

Após atingir a marca de 88,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano passado, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá recuar para 81,2% do **PIB** em 2021. A partir daí, tende a se estabilizar. O Tesouro projeta o nível de 80,5% do **PIB** em 2024. A dívida se estabiliza, mas num patamar alto, pontuou o secretário. Países com grau de investimento devem

perto de 60% do **PIB**.

Uma consequência disso é que o governo paga perto de 4% ao ano nas suas captações internacionais, ao passo que países que possuem investment grade pagam 2%. Como as captações do governo servem de referência para as operações feitas pelo setor privado, empresas brasileiras igualmente pagam juros mais elevados que seus concorrentes internacionais. Com isso, perdem competitividade.

O caminho para retornar ao grau de investimento é "longo", alertou o subsecretário. A consolidação fiscal "vai levar tempo e exigir esforço", disse.

Algumas medidas foram tomadas para avançar nesse processo. As devoluções de recursos que o BNDES fez ao Tesouro Nacional, que deverão somar R\$ 100 bilhões este ano, ajudaram a baixar a dívida para o patamar dos 80% do **PIB**. Do contrário, teria permanecido na faixa dos 90% do **PIB** vista no ano passado.

Por outro lado, o governo não conseguiu aprovação do Congresso para suas propostas de redução dos gastos tributários, apontou Ladeira. O corte nesses regimes que beneficiam setores específicos.

O secretário mostrou que a dívida poderia estar bem menor se as renúncias fiscais tivessem sido reduzidas para 2% do **PIB** entre 2012 e 2020. Nesse caso, a dívida bruta, que chegou a 88,8% do **PIB** em 2020, teria ficado em 71,3% naquele ano. Se o corte tivesse ocorrido em 2005, a dívida estaria em 51,3% em 2020.

Estabelecer a dívida como âncora para a política fiscal consolidaria os instrumentos já existentes para o controle dos gastos num objetivo mais claro, comentou o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, no mesmo evento. O instrumento ajudaria num dos fatores que torna "complicada" a dinâmica da dívida pública brasileira, que é o crescimento constante dos gastos obrigatórios.

"Continuaremos com a dívida alta porque boa parte da queda [que ocorrerá em 2021] é por efeitos temporários", disse. A melhora do resultado primário que ajuda a reduzir a dívida este ano é impulsionada pelas commodities, que estão em nível elevado, e por uma arrecadação fiscal relacionada com gastos fiscais

realizados em 2020, que não vão se repetir, disse.

Além disso, a taxa de juros no Brasil é mais elevada do que no resto do mundo. Os Estados Unidos e o Japão têm dívidas na faixa de 100% a 150% do **PIB**, mas a taxa de juros nesses países é zero. Aqui no Brasil, disse, está em 4,25% e deverá chegar a 5,25% esta semana. A expectativa do mercado, comentou Megale, é que a taxa continuará subindo até chegar próxima a 7% este ano. Os mais pessimistas falam em 9%, acrescentou.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969?page=1§ion=1

Melhor seria emitir moeda, propõe Velloso

Rodrigo Carro

Em vez de parcelar o pagamento de precatórios ao longo de vários anos, a União deveria emitir moeda como forma de cumprir seus compromissos financeiros, inclusive com uma possível versão reformulada do Bolsa Família, sustenta o especialista em finanças públicas Raul Velloso. O volume de precatórios previsto para 2022 está próximo de R\$ 90 bilhões, o que motivou um esforço político do Ministério da Economia para reduzir este montante.

"O volume de precatórios disparou: há alguns anos, era de R\$ 25 bilhões, hoje está em torno de R\$ 80 bilhões", compara Velloso. Levantamento feito pela organização não governamental Contas Abertas indica que em 2015 foram pagos R\$ 24,1 bilhões em precatórios. Em 2022, esse número chegaria a R\$ 89 bilhões, muito acima dos R\$ 54,7 bilhões projetados para este ano, o que inviabilizaria uma expansão dos gastos sociais.

"É uma bomba comparável à do déficit previdenciário do regime dos servidores, que atualmente é da ordem de R\$ 80 bilhões", diz o economista, ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. Na visão dele, parcelar débitos que passaram por todas as instâncias judiciais não seria simples. "É um recurso líquido e certo. Ninguém vai querer deixar isso para Deus receber", ironiza.

A solução imediata para fazer frente ao pagamento dessas e de outras obrigações financeiras - como a ampliação do valor e do alcance do Bolsa Família - passaria pela emissão de moeda, sustenta Velloso. "Por que não emitir moeda? O mundo inteiro está num movimento contrário ao nosso", argumenta o economista, que enxerga no programa Bolsa Família uma "despesa de qualidade".

Perguntado se a emissão de moeda não acentuaria a **inflação**, Velloso responde que o mundo mudou e as condições econômicas, também: "O que causa **inflação** é economia superaquecida; choque nos preços das commodities e no câmbio, para um país como o Brasil; e expectativas desfavoráveis e desenfreadas."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969?page=1§ion=1

Vinculação deixará Congresso em sinuca de bico

Maria Cristina Fernandes

A proposta de emenda constitucional para parcelamento extra de precatórios judiciais pode deixar o Congresso numa sinuca de bico. Como o discurso que a empacota é o de que a PEC é condição para pagamento do Bolsa Família turbinado, parlamentares serão pressionados a aprová-la sob ameaça de serem identificados pelo eleitor como contrários a um benefício que pode viria ser duplicado.

A ofensiva, com clara intenção de turbinar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro com vistas à reeleição, tem duas linhas de contestação. A do vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), é a de que ao esticar o parcelamento dos precatórios o governo deixaria de honrar despesas com educação, uma vez que a maior parcela dos precatórios federais se deve a repasses do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) devidos a Estados e municípios.

E se o parlamentar tiver que optar entre o repasse à educação ou o Bolsa Família próximo dos R\$ 400? "Vamos dizer que queremos os dois. Ou os precatórios deixaram de ser pagos quando o auxílio emergencial era de R\$ 600?", pergunta Ramos. A diferença é que o país não está mais sob o estado de emergência do primeiro ano da pandemia que permitiu a frouxidão fiscal, tanto que o deputado acusa a PEC de constitucionalizar a pedalada fiscal que motivou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

A outra linha de contestação é a de Rodrigo Maia. O deputado do DEM do Rio diz que o voto a favor da PEC seria também a chancela à **inflação** de dois dígitos. O parlamentar, que vê "populismo e incompetência" na medida, diz que a PEC causaria impacto não só sobre a **inflação** como também sobre a credibilidade do governo na capacidade de honrar dívidas. O argumento é cristalino, mas de baixo apelo eleitoral.

Há dúvidas ainda em relação aos instrumentos em que o parcelamento dos precatórios e o reajuste do Bolsa Família seriam propostos. A ideia de fazer o primeiro por PEC e o segundo por Medida Provisória contém o que Ramos chama de "aberração", ou seja, permitir uma pedalada permanente na Constituição em troca de uma autorização temporária, como é o caso de MP,

que vale por 60 dias, renováveis por mais 60.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a conversar com ministros do Supremo Tribunal Federal para assuntar a viabilidade da PEC. Ouviu que a dívida deveria estar provisionada nas despesas da União e que a possibilidade de parcelamento já existe sem necessidade de PEC, como aconteceu com a Lei Kandir.

Em parecer sobre o tema, o ex-consultor legislativo e professor do Insper Marcos Mendes diz que a PEC arrisca impor à União o padrão vigente em Estados e municípios, que passaram a usar o atraso nos precatórios para se financiar.

É a segunda vez que o governo Bolsonaro tenta emplacar um parcelamento extra dos precatórios. No ano passado, uma das versões da "PEC Emergencial" chegou a embutir a proposta. Como estava incluída no pacote a desvinculação de receitas de saúde e educação, avolumaram-se reações contrárias.

A investida, primeira iniciativa da nova Casa Civil, é aposta arriscada do ministro Ciro Nogueira. Se for bem sucedida, o credencia para açambarcar mais espaços no governo. Se falhar, comprometerá a principal missão de que foi incumbido: viabilizar propostas no Congresso que abram espaço à reeleição presidencial.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969?page=1§ion=1

Nova variante ameaça ritmo da recuperação econômica (3)

Não é de hoje que o Fundo Monetário Internacional (FMI) vem alertando para a influência da vacinação contra o novo coronavírus na recuperação da economia global. A revisão das projeções do World Economic Outlook (WEO) recentemente divulgada pelo Fundo comprova a relação. A previsão do crescimento global deste ano continuou em 6%, como havia sido estimado em abril, mas houve uma mudança na composição da taxa. Enquanto o crescimento esperado para as economias avançadas aumentou meio ponto, para 5,6%, o projetado para os mercados emergentes foi cortado em 0,4 ponto para 6,3%. Não por mera coincidência, as economias avançadas estão com 40% da população totalmente vacinada, segundo dados de 19 de agosto trabalhados pelo FMI. Já os países emergentes estão com 10%; e os de baixa renda, com menos ainda, 1 %.

Outro fator de influência é a política de estímulo fiscal e monetário, em que os países avançados novamente estão na frente. O FMI estima que, desde março de 2020, os países gastaram US\$ 16 trilhões para sustentar a economia, mesmo às custas de inflar os déficits para os níveis mais elevados desde a Segunda Guerra Mundial em alguns casos. Os bancos centrais aumentaram seus balanços em US\$ 7,5 trilhões, segundo o FMI. Também nesse ponto as economias avançadas levam vantagem, com maior fôlego para bancar crescentes déficits, sem afugentar os investidores.

Entre as economias avançadas, lidera os Estados Unidos, que deve crescer 7% neste ano, a maior taxa desde 1984, estima o Fundo, argumentando com o avanço da vacinação e o pacote trilionário do presidente Joe Biden. Para o Reino Unido, igualmente ágil na imunização, a previsão de crescimento foi elevada em 1,7 ponto para 7%.

Mas o próprio FMI reconhece que a disseminação da variante delta do coronavírus é um fator que põe em risco as previsões mais otimistas. Foi a delta a responsável pelo corte da estimativa de crescimento da Índia, onde surgiu, de 12,5% para 9,5%, percentual ainda elevado. Países do Sudeste Asiático também foram negativamente afetados. A expansão prevista para a China foi cortada de 8,4% para 8,1%, depois que Pequim resolveu retirar medidas de apoio à economia e diminuir investimentos públicos. Já o caso do Brasil, cuja elevação do **PIB** esperado para o ano

subiu de 3,7% para 5,3%, é peculiar a demais exportadores de commodities favorecidos pelo aumento da demanda de parceiros como EUA e China.

A variante delta também pode sepultar proposta do FMI para que as economias avançadas repassem ou vendam sobras de vacinas para os demais de modo a que 40% da população global em risco seja vacinada neste ano, chegando a 60% em 2022. O Fundo calcula que esse movimento custaria US\$ 50 bilhões, mas salvaria meio milhão de vidas e resultaria em aumento de trilhões de **PIB** global. O Fundo não deixa de ter razão na medida que, para a economia mundial deslançar, a vacinação deve ser abrangente.

Mas economias avançadas como os EUA e o Reino Unido já começam a rever suas políticas de flexibilização diante do avanço da variante delta e da constatação de que ela é bastante transmissível a partir mesmo de vacinados. Além disso, estão renovando os esforços para que mais pessoas se imunizem, e até cogitam a necessidade de um reforço nos já vacinados. O crescimento do **PIB** americano à taxa anualizada de 6,5% no segundo trimestre, abaixo do esperado, já é reflexo da nova variante, além de problemas nas cadeias de suprimentos.

Do lado fiscal, o suporte econômico também tem seus limites. As economias avançadas começam a tatear o mercado para avaliar o momento em que vão desmontar ou reduzir as medidas de estímulo. O movimento terá consequências nos mercados emergentes, que dependem do investimento estrangeiro, alertou o Banco para Compensações Internacionais (BIS). No Brasil, o Investimento Direto no País (IDP) teve queda em junho pelo terceiro mês consecutivo, acumulando US\$46,6 bilhões em 12 meses.

Embora os números sejam promissores até aqui, não há segurança em relação à evolução da pandemia nos próximos meses, o que ameaça a recuperação global dado o desequilíbrio na administração das vacinas. Sinal disso é a previsão do FMI de desaceleração do ritmo de recuperação em 2022. Para o **PIB** global, a expectativa é de crescimento de 4,9%, com as economias avançadas crescendo 4,4% e 5,2% os mercados emergentes. O Brasil deve ficar bem abaixo, prevê o FMI, com 1,9%.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186969?page=1§ion=1